

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS NASCIMENTO

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: narrativas de alunas-mães da
Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá

MACAPÁ
2023

Maria Raimunda dos Santos Nascimento

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO
ESCOLAR: narrativas de Alunas-Mães da Educação de
Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Doutora Letícia Gonçalves

Macapá

2023

Ficha Catalográfica

NASCIMENTO, Maria Raimunda dos Santos

Gravidez na adolescência e evasão escolar: narrativas de alunas-mães da Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá / Maria Raimunda dos Santos Nascimento. Macapá: FLACSO/FPA, 2023.

84 f.: il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Letícia Gonçalves

Maria Raimunda dos Santos Nascimento

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E
EVASÃO ESCOLAR: narrativas de Alunas-
Mães da Educação de Jovens e Adultos em
Escolas Públicas de Macapá

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 29 de maio de 2023.

Profa. Dra. Letícia Gonçalves
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Me. Alessandra Felix de Almeida 2º membro da banca
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Josemeire Alves Pereira 3º membro da banca
FLACSO Brasil/FPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família: meus pais, meu filho, irmãos e irmãs.

AGRADECIMENTOS

Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.

Salmos 91:2

Gratidão é o que define esse momento. Expressar em palavras é tão desafiador e ao mesmo tempo essencial.

Nossas conquistas partem sempre de um ponto central, de uma base e nela estão meus pais, Mário Neri e Maria Lúcia, a eles agradeço a primeira iniciativa de oferecer todas as possibilidades para que alcançasse algo melhor, por meio dos estudos, eles foram e sempre serão minha base, minha inspiração para prosseguir e prosseguir estudando, trilhando algo pela e para a educação, o que para muitos ainda é um longo e difícil horizonte.

A um ser que foi gerado, criado em meio a um ambiente de educação, sempre esteve presente, desde cedo, meu companheiro inseparável, amado filho, Victor Marley, que esteve observando de perto minha luta por melhorias na educação, meus momentos de estudos, de trabalho e, que por isso, foi meu paraninfo, quando recebi o grau na Graduação, com ele compartilho exemplos, trocas valiosas e tantos outros momentos felizes que vivenciamos e outros que ainda estão por vir.

Às minhas irmãs: Maria Regina e Mariana com quem compartilhei as primeiras letras na escola comunitária, em Chaves-PA, lugar acolhedor, onde escrevíamos no banco de madeira e sentávamos no assoalho, mas ali tinha educação, parafraseando Paulo Freire, afirmo que a educação só existe em minha vida porque existem mulheres como a professora Guilhermina, obrigada minha mestra. À minha irmã Marilene, com quem compartilhei momentos desafiadores, mas de grandes ensinamentos para trilharmos nosso caminho rumo à Universidade, aos meus irmão Mário e Marinelson, o meu carinho, à minha irmã Lúcia (in memória) e à minha querida irmã Marcilene, a caçulinha da família, a quem dediquei o meu mai doce afeto maternal.

Às sobrinhas/afilhadas Andresa Gabriele, a primeira a conquistar o título de afilhada, a minha querida Pietra Manuelli, a segunda sobrinha/afilhada, a pequena Luma Maria, minha terceira sobrinha/afilhada e a todos os sobrinhos e sobrinhas com quem compartilho essa dedicatória.

Aos meus queridos/queridas alunos/alunas aos/ a quem dediquei meus melhores tempos e esforços. Às colegas de profissão, que cada um/uma, do seu jeito fortaleceram muito minha

caminhada.

Às alunas participantes da pesquisa, que desde o primeiro contato foram muito colaborativas e demonstraram confiança no meu trabalho, às equipes da coordenação pedagógica das Escolas onde realizei a pesquisa, que sensíveis a essa temática da pesquisa, gentilmente, dispuseram as condições necessárias para realização de todas as etapas.

Aos colegas e professores/as do mestrado que, mesmo virtualmente, em tempos difíceis da pandemia, me inspiraram e me motivaram a seguir minha jornada de estudos. Muito obrigada.

À minha orientadora, professora Dra. Letícia Gonçalves, minha gratidão por suas observações e valiosas contribuições neste trabalho, obrigada pela paciência e pela sororidade. Empresto o talento de Cora Coralina para dizer que “o saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes”, com as pessoas humildes como você professora.

À querida Alciane Barreto, uma eterna colaboradora, que ajudou na aplicação da metodologia, gratidão por aceitar esse desafio, obrigada pela amizade.

Um dos maiores desafios é a finalização, a consumação de um projeto, estar imbuída em um tema complexo, sensível, com muitas repercussões, embora pouco examinado e compreendido. O exercício da escuta e a compilação do material coletado nos grupos requereu de mim uma energia ainda maior, pois, as narrativas das participantes em certo momento, atravessam as minhas vivências na escola pública e o cotidiano de muitas famílias. Assim, chegar até aqui e poder apresentar o resultado de um esforço e aprendizado me fortalece como mulher preta, mãe, amazônida, professora.

A vocês eu agradeço, agradeço muito.

“Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural”.

Lélia Gonzalez

RESUMO

Este trabalho apresenta narrativas de vinte mulheres, alunas de duas escolas públicas de Macapá-AP, que vivenciaram a gravidez na adolescência e, por conseguinte, interromperam seus estudos. Objetivou-se verificar quais fatores são determinantes para a evasão escolar e motivadores para a escolarização tardia e, a partir desses elementos, identificar potenciais estratégias intersetoriais que podem apoiar as alunas adolescentes a permanecerem na escola. Os instrumentos para obtenção dos dados foram a realização de grupos focais e de duas entrevistas narrativas. As análises de conteúdo constituíram-se com base na percepção das alunas. Os resultados demonstram que há uma tendência da família, de adolescentes grávidas, optar pela união do casal, e que essas novas responsabilidades acabam determinando o abandono escolar. O rompimento de laços com a escola impactam, a longo prazo, a trajetória educacional e, por conseguinte, a falta de autonomia econômica das meninas. A ausência de políticas públicas permanentes para essa população tende a colaborar para o contexto de extrema pobreza e desvantagem social. À medida que a adolescente se afasta da escola cria-se um ciclo de exclusão, de reincidência da gravidez, dificuldade de acessar programas sociais, por falta de documentação, serviços de saúde e qualificação profissional. No que se refere a motivação para o retorno aos estudos, observou-se a centralidade na intenção de proporcionar uma vida melhor aos filhos/filhas. O reingresso à escola, reposiciona essa mulher ao ambiente de aprendizagem, ao convívio social e acesso a outras oportunidades. O estudo sugere algumas estratégias, intersetoriais, para que a adolescente não interrompa os estudos.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; sexualidade; evasão escolar.

ABSTRACT

Embarazo Adolescente y Deserción Escolar: narrativas de madres-estudiantes de educación de jóvenes y adultos en escuelas públicas de Macapá

This work presents narratives of twenty women, students of two public schools in Macapá-AP, who experienced teenage pregnancy and, therefore, interrupted their studies. The objective was to verify which factors are determinants for school dropout and motivators for late schooling and, based on these elements, identify potential intersectoral strategies that can support adolescent students to remain in school. The instruments for obtaining the data were the realization of focus groups and two narrative interviews. The content analyzes were based on the students' perception. The results demonstrate that there is a tendency for the family, of pregnant teenagers, to opt for the couple's union, and that these new responsibilities end up determining school dropout. The breaking of ties with the school influences, in the long term, the educational trajectory and, consequently, the girls' lack of economic autonomy. The absence of permanent public policies for this population tends to contribute to the context of extreme poverty and social disadvantage. As the teenager moves away from school, a cycle of exclusion is created, with the recurrence of pregnancy, difficulty in accessing social programs, due to lack of documentation, health services and professional qualification. With regard to the motivation to return to school, the centrality of the intention to provide a better life for their sons/daughters was observed. Returning to school repositions this woman to the learning environment, social interaction and access to other opportunities. The study suggests some intersectoral strategies so that the teenager does not interrupt her studies.

Keywords: Teenage pregnancy; sexuality; school dropout.

RESUMEN

Embarazo Adolescente y Deserción Escolar: narrativas de madres-estudiantes de educación de jóvenes y adultos en escuelas públicas de Macapá

Este trabajo presenta narrativas de veinte mujeres, estudiantes de dos escuelas públicas de Macapá-AP, que vivieron un embarazo adolescente y, por lo tanto, interrumpieron sus estudios. El objetivo fue verificar cuáles son los factores determinantes de la Deserción escolar y motivadores de la escolarización tardía y, a partir de estos elementos, identificar potenciales estrategias intersectoriales que puedan apoyar a los jóvenes estudiantes a permanecer en la escuela. Los instrumentos para la obtención de los datos fueron la realización de grupos focales y dos entrevistas narrativas. Los análisis de contenido se basaron en la percepción de los estudiantes. Los resultados muestran que existe una tendencia de la familia, de las adolescentes embarazadas, a optar por la unión de pareja, y que estas nuevas responsabilidades acaban determinando la deserción escolar. La ruptura de los vínculos con la escuela impacta, a largo plazo, en la trayectoria educativa y, en consecuencia, en la falta de autonomía económica de las niñas. La ausencia de políticas públicas permanentes para esta población tiende a contribuir al contexto de extrema pobreza y desventaja social. A medida que el adolescente se aleja de la escuela, se crea un ciclo de exclusión, con recurrencia de embarazos, dificultad para acceder a los programas sociales, por falta de documentación, servicios de salud y calificación profesional. En cuanto a la motivación para volver a la escuela, se observó la centralidad de la intención de brindar una vida mejor a sus hijos/hijas. El regreso a la escuela reubica a esta mujer en el entorno de aprendizaje, la interacción social y el acceso a otras oportunidades. El estudio sugiere algunas estrategias intersectoriales para que la adolescente no interrumpa sus estudios.

Palabras clave: Embarazo adolescente; sexualidad; deserción escolar.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Características das participantes da pesquisa.	38
QUADRO 2 Apresentação das entrevistadas	38
QUADRO 3 Apresentação das escolas A e B.....	39

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Solicitação de Autorização à Gestão Escolar.....	72
ANEXO II - Ficha para Seleção de Participantes.....	73
ANEXO III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	74
ANEXO IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	77
ANEXO V - Entrevista Narrativa.....	80
ANEXO VI - Roteiro Entrevista Narrativa.....	83
ANEXO VII - Programa Saúde na Escola – PSE.....	84

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	16
2 COMPREENSÃO TEÓRICA	21
2.1 ADOLESCÊNCIA	21
2.2 ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE	25
2.3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR.....	27
2.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	31
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA	36
3.1 GRUPO FOCAL.....	36
3.2 PARTICIPANTES	37
3.3 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTADAS	38
3.4 AMBIENTE DA PESQUISA/ESCOLAS	39
3.5 COLETA DE DADOS.....	40
3.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
APONTAMENTO PARA POSSÍVEIS POLÍTICAS QUE VISEM MINIMIZAR A CORRELAÇÃO ENTRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR	64
REFERÊNCIAS	67
ANEXO I.....	72
ANEXO II.....	73
ANEXO III.....	74
ANEXO IV	77
ANEXO V.....	80
ANEXO VI	83
ANEXO VII.....	84



Figura 1: Cartilha Primeira Infância e Gravidez na Adolescência.
Rede Nacional da Primeira Infância (RNTI) 2013/2014

1 APRESENTAÇÃO

A ocorrência da gravidez na adolescência é persistente em todas as camadas da sociedade, embora não seja um fato recente, ainda assim prevalece o discurso iníquo e individualizado em relação às meninas que engravidam. Criam-se, dessa forma, premissas que acabam por desvincular do debate os aspectos sociais e históricos que permeiam a maternidade na adolescência (MARTINS, 2021, p. 16-17)

Nas últimas décadas o tema provocou o interesse dos profissionais da área da saúde, que se ocuparam a inúmeros estudos. Segundo a literatura produzida, a gravidez na adolescência seria indesejada e reflexo da liberdade sexual, assim, para enfrentar os altos índices seria necessário investir massivamente em informações (DADOORIAM, 2000, p. 84).

No entanto, para Cabral e Brandão (2020, p. 2) a taxa de natalidade, na população de adolescentes, perpassa por outras dimensões mais complexas que estão além do acesso à informação e, portanto levando em conta as especificidades juvenis, não é possível afirmar que toda maternidade na adolescência seja indesejada.

A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, que envolve múltiplas causas. Segundo Tabora et al. (2014, p.17) o nível socioeconômico é um fator que tem sido relacionado à ocorrência do fenômeno, pelo fato dos índices elevados estarem em classes econômicas menos favorecidas.

Nesse sentido, para as famílias, ainda é uma dificuldade reconhecer que os adolescentes estão iniciando, cada vez mais cedo, sua sexualidade, e conseqüentemente deixam de auxiliar na educação sexual dos filhos e filhas, o que reflete também, uma incipiente frequência de jovens nas unidades de atendimento, para receberem informações corretas, dos profissionais de saúde na atenção básica, referente a saúde sexual e a saúde reprodutiva (BRASIL, 2013, p. 36-37). De qualquer modo, independente dos jovens terem acesso em casa ou não, é relevante e necessário que setores estratégicos de saúde e educação estejam determinados a dialogar e dar o apoio necessário, de forma regular.

O ambiente escolar é onde os adolescentes passam maior parte de seu tempo e lá também se estabelecem as relações sociais e contato com as diversas áreas do conhecimento, por isso é o espaço em que as curiosidades e o desejo de saber mais, a respeito da sexualidade, sejam mais evidentes.

A escola tem respaldo para mediar abordagens e reflexões a respeito da sexualidade de forma positiva e com respeito à realidade de cada um/uma. Por meio das áreas do conhecimento é possível discutir temas com enfoque para promoção da igualdade, cidadania e saúde.

Estudos recentes têm contribuído para uma análise da gravidez na adolescência considerando as narrativas das mulheres, as condições históricas e sociais para entender o contexto que envolve a maternidade e paternidade dos jovens.

Nesse sentido, é fundamental uma análise da gravidez na adolescência, não somente à luz da redução dos indicadores, mas, principalmente na etapa da gravidez já instalada, pois na maioria dos casos, a jovem não tem outra perspectiva a não ser abandonar a escola.

O desligamento da escola somada à maternidade restringe bastante as oportunidades das mulheres, que em muitos casos, já vivenciam um contexto desigual. Nesse sentido, independente da gravidez ser um projeto de vida ou ser não planejada, desafia o poder público a encarar tais situações, para que a escolha de uma jovem não fique restrita à condição de mãe.

A gravidez na adolescência envolve diversos fatores, logo sua compreensão pressupõe levar em conta o arranjo familiar, o contexto em que vivem as mulheres, assim como reflexões a respeito das condições de gêneros existente em nossa sociedade e a sexualidade na juventude.

No entanto, nota-se a prevalência, de um discurso moralizante, como sendo a ocorrência da gravidez da adolescente uma simples falta de informação e/ou um ato inconsequente e irresponsável da adolescente (MARTINS, 2021).

É a partir desse contexto que esse estudo se desenvolve, o qual objetiva compreender, a partir da narrativa de mulheres que foram mães na adolescência, fatores preponderantes para a evasão escolar e para a escolarização tardia, visando identificar potenciais estratégias intersetoriais para a amenizar esses impactos.

O interesse em investigar o tema dá-se por dois motivos: o primeiro, pela minha trajetória profissional na escola pública e nos espaços da gestão estadual e municipal. Em 1992 ingressei no serviço público, na escola estadual Barão do Rio Branco. Foi minha primeira experiência na docência, com alfabetização de crianças.

A formação no magistério de 1ª a 4ª série, no Instituto de Educação do Território Federal do Amapá – IETA, foi importante para as minhas práticas pedagógicas e aguçou em mim o gosto pela leitura, não só a leitura das palavras, mas a “leitura do mundo”, como diz Paulo Freire.

Em 1994 entrei para a Universidade pública, para cursar letras, esse acontecimento conduziu-me, no ano seguinte, para lecionar à noite com turmas da Educação de Jovens e Adultos - EJA. As turmas eram formadas, na maioria de jovens, sendo que as mulheres tinham mais idade e já eram mães. Confesso que, nesse período, tenho a nítida impressão que mais aprendi que ensinei.

O ano de 1996 brindou-me com a maternidade, com isso, minha responsabilidade

redobrou, pois ao mesmo tempo que incentivava a permanência das alunas nas aulas, mantinha-me firme em minha jornada acadêmica.

Passados os anos entre licença maternidade e formatura me afastei um pouco da sala de aula, fui fazer Pós-graduação em educação e trabalhar na assessoria de governo, oportunidade que, junto com a equipe articulamos diversas ações, principalmente na área de geração de renda para mulheres.

A partir dessa experiência fui convidada a assumir a Agência de Mobilização Popular – AGEMP, um órgão vinculado ao Governo do Estado do Amapá – GEA, sendo que uma das atribuições da Agência era ser um canal de diálogo entre governo e movimentos sociais. A minha trajetória na educação contribuiu para o exercício da percepção de coletividade e do acolhimento. Durante esse período conheci todos os municípios do estado, sempre dialogando com a sociedade, mediando as Plenárias do Orçamento Participativo ou fazendo a interlocução junto aos demais órgãos da administração para a população quilombola, ribeirinha, indígena, parteiras, entre outras.

Foi a partir de 2004, quando retornei à sala de aulas para trabalhar com a EJA médio, que pude acompanhar todo ciclo formador das turmas, presenciar a entrada, a formatura, até vibrar com a chegada de alguns alunos/alunas à universidade. Foi um período também que presenciei a evasão de muitas alunas, por diversas situações, uma delas a gravidez. Nesse período, também acalantei muitas crianças, empurrei carrinho e cantei, acompanhei três gerações de várias famílias que por ali passaram. Posso afirmar que as alunas, ao engravidarem, se afastaram e nunca mais retornaram, pelo menos para aquela escola.

As experiências anteriores foram importantes para contextualizar a realidade da sala de aula e perceber o quão a efetivação de políticas públicas eficazes podem inverter o quadro de desigualdades.

Nesse período, paralela às atividades de docência no período noturno, durante o dia coordenei a política educacional de assistência ao estudante, na Prefeitura Municipal de Macapá, da qual incluía o Bolsa Família e o Programa de Alimentação Escolar. E, ainda na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, coordenei a política educacional, entre as quais estava a oferta de creche. Foi um tempo de grandes desafios, mas exigia empenho para atender às demandas das mães, que estavam sempre à frente na hora da matrícula, nas reuniões e também no enfrentamento dos problemas.

Na metade de 2006 recebi um convite para assessorar a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, na formação de um grupo de trabalho para a implantação do Programa Pró-

Equidade de Gênero e Raça¹, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Participei de muitos estudos, realizei também muitos ciclos de sensibilização com as equipes, principalmente na Diretoria Técnica, formada exclusivamente por homens. Ao final das etapas conseguimos conferir à Empresa o selo de Equidade e boas práticas no ambiente de trabalho. Algum tempo depois retornei, a convite, já para assessorar a Diretoria Técnica, pode-se dizer que fui colher os frutos ali plantados.

O segundo motivo de meu interesse pelo tema foi a partir da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, inclusive motivado pelo trabalho desenvolvido na CEA. O curso proporcionou acesso a mais leituras, debates e produções a respeito de gênero, sexualidade e de como se retroalimentam os preconceitos e estigmas na sociedade.

Ao longo do curso eu, em conjunto com dois amigos, organizamos um ciclo formador denominado “Café filosófico”, breves intervenções para adolescentes com diversos temas: sexualidade, gênero, racismo, entre outros. Realizamos rodas de conversas em diversas escolas públicas.

Nesse mesmo ano, já com turmas concluintes do Ensino Médio, soube por comentário de um colega, que havia duas meninas grávidas. Fiz uma pesquisa rápida e constatei que sete adolescentes tinham engravidado entre os meses de abril a setembro, sendo que desse total, apenas duas meninas ainda estavam estudando. Esse evento motivou-me a pesquisar e ler mais a respeito da gravidez na adolescência, a partir de outras interpretações.

O meu interesse a respeito da gravidez na adolescência remete a uma preocupação de muitos anos, mas que está entrelaçada a minha experiência tanto na sala de aula quanto na gestão pública. Porém, a busca pelo mestrado na área de Políticas Públicas é que despertou em mim a base para empreender uma pesquisa na perspectiva da intersectorialidade, como alternativa para o atendimento nessa faixa de idade, pois, minha reflexão vê na família a limitação para a autonomia da adolescente, principalmente pela idade, que a limita na tomada de decisão e em acessar aos programas sociais.

O estudo foi na área de educação e gênero, junto à mulheres, de classes populares, alunas da EJA, nas etapas do ensino médio e residentes na cidade de Macapá, estado do Amapá. Para

¹ O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça implementado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR, consiste em disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, a partir da incorporação de indicadores da diversidade de gênero e raça na seleção, contratação e promoção da força de trabalho. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade/5-edicao/guia-operacional.pdf>. Acesso em; 28/02/23.

o estudo foram consideradas as mulheres, que viveram a experiência de gravidez na adolescência e que, durante o período gestacional ou após o nascimento da criança, evadiram da escola.

Assim, investigou-se quais são os elementos mais frequentes na decisão do abandono escolar, e foram identificados as expectativas/projetos de vida que motivam o reingresso à escola.

A realização desse estudo é o resultado das interações realizadas junto a vinte mulheres mães, estudantes de escolas públicas de Macapá, articulado a duas entrevistas narrativas, com público do mesmo universo de participantes.

Partiu-se das narrativas de cada aluna a respeito de sua idade atual, idade da primeira gravidez, relação familiar, tempo de desligamento da escola e suas expectativas de retorno à escola.

O critério para seleção das duas escolas estaduais levou em conta: primeiro a localização geográfica e a oferta do ensino noturno de Educação de Jovens e Adultos, 1ª e 2ª etapas do ensino médio. Dessa forma, foi selecionada uma escola na zona norte e uma escola na zona sul, que aqui serão denominadas de A e B, respectivamente.

A escolha das participantes deu-se a partir de um questionário, elaborado pela pesquisadora e aplicado pela Coordenação pedagógica das escolas. Posteriormente foram analisados, a partir de aspecto: idade, histórico de abandono escolar e causas desse abandono.

A partir dos critérios de gravidez na adolescência e abandono escolar selecionou-se 10 (dez) alunas da escola da zona norte e 10 (dez) alunas da escola da zona sul. O resultado desse estudo está organizado da seguinte forma: O primeiro traz a apresentação com uma breve contextualização, aspectos gerais, objetivos e percurso da pesquisa.

No segundo está alinhada à conceituação de adolescência a partir dos marcadores de transição, para discutir a gravidez na adolescência e seus impactos na evasão escola, a partir de um recorte de desigualdade de gênero.

O terceiro capítulo discorre a metodologia aplicada para a coleta dos dados, composto de um grupo focal e duas entrevistas narrativas.

O quarto capítulo apresenta os resultados e discussões, com transcrições coletadas a partir das interações nos grupos focais e entrevistas narrativas, nas escolas A e B. As discussões apresentam os pontos de vista debatidos nos grupos e por meio das entrevistas, a partir do roteiro e do que pretendia-se extrair como situações comuns e distintas no contexto da maternidade na adolescência.

O último capítulo, apresenta as considerações à luz dos resultados aqui discutidos por meio dos quais aponta-se como subsídios às políticas públicas de educação, saúde e de assistência com vistas a incluir essa população no contexto efetivo de inclusão.

O referencial teórico que subsidiou a abordagem de alguns conceitos e a análise dos dados fundamentou-se a partir das teorias de Avila (2015); Cabral & Brandão (2020); Dadooriam (2003); Fanelli (2003); Martins (2021); Louro (1997); Osorio(1992); Rocha (2009).

2 COMPREENSÃO TEÓRICA

A primeira parte desta tese apresenta uma abordagem conceitual de adolescência, levando-se em conta o marco legal brasileiro, os marcadores de transição etária, por Martins (2001) e Osório (1992) e as principais características que circundam essa etapa da vida humana.

Para compreender os múltiplos fatores que envolvem a gravidez na adolescência, busca-se contextualizar aos aspectos socioeconômicos, culturais, a relação familiar e o espaço escolar.

Entende-se que a sexualidade se entrelaça à dimensão humana, para tanto é um elemento indissociável na relação adolescência e as formas como as mesmas se estabelecem na sociedade assim, faz-se necessário relacionar algumas questões a respeito da interseccionalidade para a orientação e saúde sexual dos adolescentes.

Ainda nesse tópico são apresentadas reflexões, orientadas por estudos, a respeito da evasão escolar de adolescentes grávidas, seus principais marcadores na incidência da escolarização tardia.

Orientado pelo contexto da evasão escolar, busca-se resgatar a função e as especificidades da modalidade EJA, por meio de uma breve retrospectiva compreender a trajetória, identificar seus avanços e as Diretrizes que orientam a oferta desta modalidade de ensino.

2.1 ADOLESCÊNCIA

A adolescência constitui-se como uma etapa do desenvolvimento humano, uma fase com marcas das transformações físicas, psicológicas, mas que envolve também expectativas e conquista de autonomia.

Para início da reflexão, torna-se necessário compreender quais os parâmetros estabelecidos para considerar a fase da adolescência. De acordo com a Organização Mundial

da Saúde – OMS (BRASIL, 2013, p. 22), é a fase da vida que se estende dos 10 aos 19 anos de idade.

O Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Pediatria também adotam essa mesma faixa etária para considerar adolescência. Já o Estatuto da Criança e Adolescente –ECA considera adolescente o período compreendido entre os 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 2013)

Dessa maneira, opta-se refletir essa fase de transição considerando o marco-legal brasileiro, uma vez que nosso estudo pesquisa um público com ocorrência de gravidez, a partir dos 13 anos.

Segundo Martins (2021, p. 45) a adolescência “é uma categoria que resulta da experiência social, em que as condições históricas, simbólicas, econômicas e culturais previamente oferecidas influenciam a forma como esses marcadores de transição são vivenciados”. Essa afirmação ajuda atender que o contexto pode exercer mais influência nas representações dos adolescentes do que a cronologia em si.

A partir desse pressuposto a autora considera também que a trajetória e o contexto nos quais a adolescência pode ser vivenciada não acontecem da mesma forma e nem com o mesmo grau de igualdade para todas as pessoas (MARTINS, 2021) nesse sentido, as políticas públicas são ações que podem minimizar os efeitos das desigualdades e os impactos causados pela ausência de oportunidades.

Para o Fundo das Nações Unidas:

O reconhecimento da importância dos processos de desenvolvimento que ocorrem na adolescência, da oportunidade que a adolescência representa para o País, do benefício que as vivências da adolescência representam tanto para sua vida presente quanto, posteriormente, para sua vida de adulto, resulta na afirmação de que esses meninos e meninas são detentores do direito de ser adolescente. O que significa, sob a ótica da cidadania, o direito de ter direitos, de conhecer seus direitos, de criar novos direitos, de participar da conquista dos seus direitos (UNICEF, 2011, p.16).

O direito de exercer sua adolescência pressupõe superar as restrições sociais as quais a maioria enfrenta, seja no acesso à educação de qualidade, à alimentação, ao atendimento à saúde e uma série de bens que possibilitam crescer com dignidade, longe do trabalho precário e da situação de violência.

As circunstâncias de vida determinadas por processos históricos e socioeconômicos, no Brasil e particularmente em regiões mais pobres, interferem significativamente no cotidiano das comunidades, como ausência de: esgoto/ água tratada, postos de saúde, escolas próximas, transporte escolar, lazer, entre outros, essas disparidades são danosas para os/as adolescentes.

De acordo com o UNICEF (2011, p. 51) os adolescentes negro/as que vivem nas regiões

Norte e Nordeste são os mais vulneráveis. Na região Norte, a extrema pobreza atinge 13% dos adolescentes brancos, já entre os negros chegam a 24%, quase o dobro.

Algumas ocorrências são específicas da adolescência, no entanto, a forma como as relações sociais e afetivas se estabelecem corroboram na transição à fase adulta de forma equânime ou não.

De acordo com Martins (2021) encontra-se três marcadores de transição etária: o biológico, o emocional e o social, segundo a qual o biológico está relacionado às mudanças hormonais, que incidem nos aspectos do crescimento e desenvolvimento cognitivo, já o emocional está relacionado às interações afetivas, as descobertas e a forma como cada adolescente se percebe, por último, o social que é determinado pela conquista da autonomia, da sociabilidade e desejo de contestação.

Com isso ressalta que a transição de uma etapa da vida a outra não é mensurada apenas em um aspecto, esse processo demanda uma reflexão mais complexa, uma adolescente da região Norte (16 anos) e uma adolescente da região Sul, (16 anos), por exemplo, a partir de alguns parâmetros dá para concluir que são adolescentes, brasileiras, no entanto, não determinam que ambas têm os mesmos perfil de adolescência, alguns marcadores de classe, cor/raça, região e as formas como se articulam, podem defini essa transição à fase adulta.

Como sugere Rocha (2009) nas classes privilegiadas a adolescência é uma fase de experimentações, sem muitos abalos emocionais e restrições econômicas e sociais, também não assume grandes responsabilidades, pois, dedica-se ao projeto educacional, que será a via de entrada para o mundo adulto. Inclusive, uma das características das famílias com boa condição de vida é desenhar um projeto a longo prazo. Sendo que a realização profissional vem primeiro, depois a realização pessoal: casar, ter filhos, tirar férias.

Conforme Osório (1992) para compreender a adolescência é necessário levar em conta tanto os aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais. Esses aspectos são indissociáveis e que, é justamente a partir deles, é possível conferir unidade ao fenômeno da adolescência. Sendo assim, dentre os aspectos biológicos, se destacam:

As “características sexuais primárias”, em que ocorre as mudanças nos órgãos reprodutores, e as “características sexuais secundárias”, marcadas pelo desenvolvimento de pelos corporais, crescimento das mamas e aumento do quadril nas meninas e alteração da voz e crescimento acelerado nos meninos (MYERS, 2006, p. apud AVILA, 2015, p. 24-25).

Nesse sentido, Rocha (2009) pondera que, a adolescência para a vida de uma menina é marcada por dois grandes momentos: um seria a primeira menstruação e a primeira relação

sexual. Essa fase denominada menarca, para as meninas, não se traduz em maturidade, mas, apenas o início de um novo ciclo, por isso a importância de ter acesso a serviço de orientação para compreender, de forma segura, os conhecimentos essenciais para o autocuidado e fortalecimento da autoestima.

No aspecto psicológico, Avila (2015) chama atenção para a possibilidade do adolescente lidar com alguns conflitos relacionados à construção da identidade. Nessa fase, há uma instabilidade no humor. A autora define que no aspecto social há uma importância maior para a interação grupal, por isso nessa fase é natural que haja um certo afastamento da convivência familiar em detrimento da valorização do convívio com pessoas da mesma idade.

É importante também compreender que cada sujeito tem sua forma de percepção de mundo e vivências de afeto ou não, de diálogos ou repressão, de privações ou de boas condições de vida, todos esses fatores compõem o biopsicossocial de cada ser.

O que dizer de um adulto que atravessa a etapa da adolescência sem dispor do básico para sua mobilidade? Nesse sentido, o UNICEF (2011, p. 29) considera que a situação de pobreza, muitas vezes, mina a confiança dos adolescentes em seu próprio futuro, tal condição se transmite de geração a geração, criando ciclos intergeracionais de exclusão.

A partir de alguns marcos legais internacionais como a Convenção sobre os Direitos da criança (ONU, 1989) e nacionais com a Constituição Brasileira de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, o Estado brasileiro passa a intervir mais na atenção às crianças e adolescentes. Esse conjunto de Leis define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, portanto o Estado brasileiro deve inserir na formulação de políticas públicas e zelar por sua proteção integral.

O ECA em seu art. 3º define que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, apud BRASIL, 2013, p.23).

Compreende-se que o acesso à educação e a convivência em ambientes escolares atrativos é fundamental para a valorização do protagonismo dos estudantes, fortalece os laços comunitários e encaminha os adolescentes a outras expectativas.

À medida que adolescentes são excluído do básico em suas vidas, essas circunstâncias impedem a perspectiva de romper com o ciclo da pobreza. Essa condição de vida restrita

determina inclusive, a taxa de violência, letalidade juvenil, de evasão escolar e de gravidez na adolescência.

2.2 ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE

As formulações dos últimos anos têm apresentado reflexões a respeito dos limites entre faixa etária e maturidade para a categoria adolescente. Implica, ao mesmo tempo no desenvolvimento físico, de natureza interna e externa, paralelo a isso ocorrem as mudanças na sociabilidade, em que se estabelecem novos vínculos afetivos (FANELLI, 2003, p. 82).

Segundo Fanelli (2003) o amadurecimento sexual é outra marca na adolescência, pois junto às características físicas se entrelaçam a produção hormonal. Assim, a sexualidade tem inúmeras representações construídas culturalmente e socialmente com suas especificidades “históricas particulares”.

Para Rocha (2009) junto à fase de estruturação da personalidade está a sexualidade como elemento estruturador da identidade do adolescente, dessa forma, se constitui a partir de valores, concepções e características.

As bases para a formação das interações afetiva e sexual autônomas estão relacionadas em processos que ocorreram na infância, que em certas situações, são vivenciados descolados da sexualidade. Diante disso, cita Martins (2021, p. 53) que a prática como “autoaceitação, autoestima interferem na paquera, nos limites impostos aos relacionamentos abusivos, nos compromissos afetivos (...) e até na atividade sexual, propriamente dita”. Compreende-se, portanto que a sexualidade não é apenas um fator biológico, mas a somatória de todas as interações vivenciadas socialmente, afetivamente e culturalmente.

Nesse sentido, entende-se que os adolescentes representam um grupo vulnerável, principalmente, pela superexposição a conteúdos pouco confiáveis e práticas sexuais sem prevenção, por isso é necessário ações que possam auxiliar em seu desenvolvimento de forma saudável e consciente.

Algumas estratégias integradas às políticas de saúde e educação, com recorte à saúde reprodutiva (sexualidade, fecundidade, prevenção, práticas educativas) podem ser mais acessíveis aos adolescentes e oportuna para dialogar mais próximo, porém na perspectiva do coletivo.

No contexto da saúde, a sexualidade dos adolescentes tem ganhado atenção, principalmente a partir dos marcos legais e políticos dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de adolescentes e jovens, em que reconhece no art. 227, da Constituição Brasileira

de 1988, as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, modificando a legislação anterior que considerava meninos e meninas como propriedade dos seus pais (BRASIL, 2013, p. 22).

Para assegurar o direito, previsto em Lei, em 1989, o Ministério da Saúde criou o Programa de Saúde do Adolescente – PROSAD, para oferta de atendimento à faixa etária de 10 a 19 anos, 11 meses e 29 dia. O programa define como áreas prioritárias a saúde sexual e a saúde reprodutiva. A abordagem trabalha a sexualidade como uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, e envolve aspectos físicos, psicoemocionais e socioculturais.

Destacamos a importância do Programa, para as campanhas educativas, principalmente articulada à outras políticas, já implementadas, a exemplo do Saúde Escolar e Saúde da Mulher, no entanto o Ministério da Saúde pondera que um grande desafio par o serviço de saúde é oferecer um atendimento integral a esse segmento, levando em conta as desigualdades de gênero, de raça/cor, de orientação sexual.

Outro aspecto é quanto a estrutura do atendimento, nesse espaços se faz necessário a presença de profissionais treinados e com habilidades para compreender o princípio da igualdade de direitos e da diversidade. É fundamental que as informações sejam confiáveis e objetivas a respeito de sexualidade, contracepção, gravidez e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's.

No contexto educacional, o Estado brasileiro integrou aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), a orientação sexual, na qual a escola incorporou em suas competências, práticas educativas articuladas aos componentes curriculares com informações e trocas para que os alunos possam exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade (BRASIL, 2000, p. 311).

Em seu documento base apresenta a concepção de sexualidade como uma construção ao longo da vida, marcada pela história, cultura, ciências, pelo afeto e sentimento, sendo a expressão singular de cada sujeito.

Dessa forma, concebe as ações pedagógicas a serem desenvolvidas, ao longo da vida escolar, como o desdobramento da abordagens realizadas no ambiente familiar, pois de alguma forma as famílias adotam valores e esperam que as crianças assumam. À escola caberá uma explanação dos distintos pontos de vista, valores e crenças presentes na sociedade, auxiliando os alunos a encontrarem um ponto de auto referência, por meio da reflexão (BRASIL, 2000).

Essas intervenções pedagógicas, de acordo com as diretrizes, são desenvolvidas de forma coletiva, não cabendo à escola qualquer aconselhamento ou atendimento individual.

A efetividade das ações encontra obstáculos na resistência familiar, por não considerar a maturidade dos adolescentes para as questões de sexualidade, outra situação é quanto a abordagem ser limitada ao aspecto anatômico ou que na área da saúde as intervenções volte-se, apenas, para o viés curativo.

Desse modo a sexualidade diz respeito a diversos aspectos da vida humana, o não entendimento de tais dimensões pode acentuar um contexto maior de desigualdade.

2.3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

Os indicadores de gravidez na adolescência no Brasil, embora tenham apresentado uma significativa redução ao longo dos anos, encontram-se acima da taxa mundial e até mesmo da América, o que demonstra que ainda há muito a ser feito.

A gravidez nas adolescentes aparece como uma das consequências da evasão escolar, debater a ocorrência da gravidez entre as estudantes presume-se em atentar para a possibilidade da permanência ou não na escola.

Entende-se evasão escolar como sendo o rompimento do vínculo temporário ou em definitivo com a instituição de ensino, assim Rocha (2009) salienta que as discussões que envolvem a evasão escolar, têm relação direta com a responsabilidade da família e com o papel da escola.

Alguns fatores, de ordem interna à escola, e externa, têm pautado os debates educacionais, não obstante às condições de ordem econômica, demográfica entre outras, a gravidez na adolescência desponta como uma interferência direta da trajetória escolar.

À medida que as meninas engravidam certos fatores corroboram para o afastamento da escola, em certos casos as alterações corporais e emocionais, a necessidade material, a formação de um novo núcleo familiar, entre outros. A maternidade acaba por adiar o projeto educacional e conseqüentemente o seu projeto de vida.

Nesse contexto de escolhas, a demanda da formação intelectual passa a ser secundária em detrimento da maternidade e paternidade. “O filho passa ser, o depositário de muitas expectativas: ele terá tudo o que elas não tiveram: estudo, carinho, proteção e até uma família” (MARTINS, 2021, p. 88).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009-2019), “na década de 1990 houve um aumento da taxa de fecundidade em todas as regiões e áreas, com maior aumento para o espaço urbano e regiões mais desenvolvidas”, o período apresentava índices elevados e constantes.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL/SVS/DASIS, 2022), em 2000 os nascidos vivos de mães adolescentes representavam 23,4%. Já no ano de 2018, o grupo de adolescentes entre 10 e 19 anos representou 15,5% do total de partos, ou seja, foram 456.128 bebês cujas mães eram adolescentes. Em 2019, houve uma queda para 14,7% do total de partos no País, sendo 419.252 bebês de mães adolescentes. Percebe-se uma redução de 37,2% entre os anos de 2000 e 2019.

Numa análise dos dados por região verificou-se que a maior taxa de gravidez na adolescência está na região norte, tanto no grupo de 10 a 14 anos quanto no grupo de 15 a 19 anos. A região também foi a que apresentou uma redução mais lenta nas duas últimas décadas.

Na comparação dos dados de redução por idade nota-se uma queda, tanto no grupo de 10 a 14 anos, que foi de 26,5%, quanto no grupo de 15 a 19 anos com 40,7%, muito embora os números do primeiro grupo, chamem atenção, pois observa-se que há uma tendência da gravidez, ocorrer cada vez mais cedo, entre as adolescentes menores de 15 anos.

Nos dados de gravidez na adolescência os indicadores de cor/raça também são determinantes, no mesmo ano, para o total de nascidos vivos de mães indígenas, 28,2% eram de mães adolescentes. Para a população de mulheres pardas que se tornaram mães 16,7% dos bebês são de mães adolescentes, em comparação aos nascidos de mães brancas, 9,2% eram mães adolescentes² (BRASIL/SVS/DASIS, 2022).

Embora os dados apresentados indiquem uma redução gradativa, a cada ano, ainda assim para o universo de meninas e o contexto de desigualdade e exige ações coletivas para a disseminação de informação e a atenção individual às mães.

De acordo com o levantamento, apresentado pela Governo do Estado do Amapá – GEA, através da Secretária da Saúde – SESA (2020, p. 83-84) no Plano Estadual de Saúde 2020 - 2023 os indicadores de nascidos vivos de adolescentes são preocupantes, principalmente por se tratar de uma com cenário de desigualdade regional e dificuldade de deslocamento, que compromete o acesso das equipes de saúde. Conforme dados compilados pelo Conselho Estadual de Saúde, “em 2018, a população de adolescentes do sexo feminino no Amapá estava estimada em cerca de 76.032 e desse total 3.586, ou 23,3% tornaram-se mães precocemente” (SESA, 2020, p. 84).

No período de 2016 a 2020, segundo dados do Ministério da Saúde (2022) o estado do

² Dados compilados pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS-Fiocruz) do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia>. Acesso em: 26 de março de 2023.

Amapá registrou o seguinte quantitativo de nascidos vivos, conforme número e ano de referência, respectivamente: 3.623 (2016); 3.372 (2017); 3.446 (2018); 3.086 (2019); 2.866 (2020), ambos ocorridos no grupo etário de mães entre 15 a 19 anos.

A partir dos dados observa-se que mesmo que gradativamente, os números estejam diminuindo, algumas situações são invariáveis e condicionais, como por exemplo o abandono escolar como resultante da gravidez de uma estudante adolescente e a demora na continuidade dos estudos.

Segundo Almeida (2009) o contexto da maternidade em adolescentes está relacionada à pobreza e exclusão, somada à falta de autonomia e a ausência de medidas de proteção diante de situações de risco.

As abordagens referentes a gravidez na adolescência, de acordo com Fanelli (2003, p.62) tem recebido um tratamento, especialmente, “como problema de saúde pública, com amplas repercussões de problemas sociais, produzindo um discurso normativo e alarmista para que este fenômeno se dissemine no senso comum”, no entanto diversos fatores devem ser levados em conta para analisar a gravidez na adolescência.

O primeiro aspecto se refere ao arranjo familiar, as famílias de baixa renda do século XXI ainda se orientam pelos alicerces da sociedade patriarcal, em que constituía-se “por um núcleo central que abrange o casal e seus filhos e por uma periferia composta por agregados e empregados” (DADOORIAN, 2003, p. 85) desse modo acabam por, ainda reproduzirem certos comportamentos: um deles é promover a relação matrimonial entre adolescentes e não aceitar que as mulheres exerçam sua autonomia, seja na saúde sexual, seja no projeto de vida, sem que essa não esteja atrelada ao casamento, à maternidade e o espaço privado.

Assim, torna-se comum que a menina, ao engravidar, seja retirada do espaço social e sua vida se restrinja ao espaço doméstico e atividades não remuneradas.

Ao discorrer a respeito das diferenças e desigualdades Louro (1997) pondera:

Dizer que as mulheres são diferentes dos homens se constitui, a princípio, numa afirmação irrefutável, ou seja, a partir do simples ao mais complexo vai se tecendo uma teia de construção das desigualdades, de relação sutis de poder, o que, por exemplo explica a aplicação do castigo, o desligamento da escola, o rompimento com as amigas, para a formação de um núcleo familiar (LOURO, 1997, p. 43).

Por isso, a falta de acesso a recursos informacionais e de um ambiente que ajudem a encontrarem as respostas para seus questionamentos e dúvidas, acabam por precarizar, a longo prazo, a vida das adolescentes.

Martins (2021) afirma que:

As camadas médias e ricas da sociedade apresentam outra vivência do período da adolescência e tendem a vislumbrar a gravidez por outro prisma. Mas qual a diferença da adolescente pobre para a de maior renda? A principal diferença é o apoio e os insumos que foram garantidos e que possibilitaram os seus cuidados. Famílias com mais acesso à renda, a trajetórias escolares mais longas, a maior autonomia e à capacidade de negociação tendem a garantir aos seus filhos melhores condições relacionais e de planejamento (MARTINS, 2021, p. 69).

Com isso, “discutir gravidez na adolescência em um contexto com profundas desigualdades sociais, raciais/ étnicas e de gênero em um país como o Brasil demanda acuidade, competência teórica e técnica, e principalmente respeito à vida de milhões de adolescentes” (CABRAL & BRANDÃO, 2020, p.1), principalmente em relação às desigualdades de gênero e cor/raça.

Assim, a gravidez na adolescência, somente como algo a ser erradicado, não contempla o conjunto de adolescentes mães e conseqüentemente não interfere no desencadeamento de desigualdade de gênero, econômica e na falta de autonomia das adolescentes.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB n.º 9.394 (1996, p. 08) “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Assim, tanto a Lei Orgânica da Saúde n.º 8.080/1990 quanto a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742/93 referendam a atenção e a proteção especial à adolescência e ao amparo aos adolescentes carentes. No entanto as estatística, apresentadas a seguir, trazem que a gravidez entre as adolescentes ainda tem fortes reflexos nos indicadores de abandono escolar.

De acordo com relatório da Secretaria de Estado da Saúde – SESA (2020) o Amapá é um dos cinco estado brasileiro com a maior proporção de bebês nascidos de mães com menos de 19 anos, esses percentuais equivalem a 1,37% das crianças nascidas, de mães com menos de 15 anos.

A maternidade na adolescência, em famílias de baixa renda, impacta diretamente nos estudos, nas limitações econômicas e no risco de uma outra gravidez. O desligamento da escola abre uma lacuna na trajetória da menina mãe.

Nesses casos a permanência do vínculo com a escola pode ser um ponto de apoio e acolhimento para que a adolescente seja incentivada a acessar o serviço de pré-natal e construa, paralela à maternidade, outras referências de crescimento pessoal.

Levando em conta que, em muitos casos, as adolescentes iniciam o pré-natal com certo atraso e conforme seus relatos, não puderam contar com o companheiro nem a presença de

alguém para o acompanhamento, tais eventos corroboram, inclusive, para a ocorrência de outra gravidez e o adiamento dos estudos. “A reincidência de gravidez na adolescência é frequente na ausência de acompanhamento pós-parto” (AVILA, 2015, p.37)

Essas ocorrências somadas ao corte brusco entre a infância e as responsabilidades de adultos acabam por reduzir um projeto de vida a longo prazo. De acordo com a Rede Nacional da Primeira Infância destaca-se que a permanência na escola é uma das alternativas para um cuidado mais qualificado a essa nova mãe. Além de ser um fator protetivo, que potencializa uma maior oportunidade para sua mobilidade social e econômica da adolescente (RNPI, 2013/2014). A escola e outros órgãos da Rede de atendimento pode orientar e disponibilizar informações para uma gestação saudável.

Trata-se de um dado, que embora possa preocupar o sistema de ensino, não tem dado conta. Dessa forma, a atenção às demandas de adolescentes mães, no ambiente da escola, ainda é uma conduta pontual, muito mais vinculada à sensibilidade pessoal da gestão escolar, em algumas instituições.

2.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A educação constitui uma parte importante para o desenvolvimento de uma nação. A oferta educacional de forma insatisfatória resulta em desigualdades e ampliação da pobreza. Um dos maiores reflexos na falta de investimentos na educação e acesso em condições iguais é o analfabetismo.

O Brasil já atingiu altas taxas de analfabetismo, em virtude dos poucos investimentos. Em 1950 mais da metade da população era analfabeta, por isso eram alijados da participação política.

A EJA é a modalidade de ensino, prevista em lei, que garante o direito ao estudo e elevação de escolaridade de um quantitativo populacional que, por algum motivo, não concluiu a educação básica, na faixa etária prevista.

A Declaração de Hamburgo³ define que educação de jovens e adultos tem o objetivo de desenvolver a autonomia e a percepção de responsabilidade das pessoas para que possam enfrentar os constantes desafios e transformações socioeconômicas, culturais e um importante

³ A Declaração de Hamburgo foi elaborada na V Conferência Internacional de Educação de Adultos no ano de 1997 ocorrido em Hamburgo, na Alemanha. Fonte: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Brasília, 2008.

instrumento para promoção da justiça, da democracia, da equidade, da sustentabilidade e da cultura de paz. (UNESCO, 2008, p.23).

As primeiras iniciativas do poder público para inserção da população analfabeta foram implementadas a partir dos anos 1947, por meio da estruturação do Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação, período também que marca a realização o da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Nos anos 50 outras duas campanhas foram desenvolvidas, no entanto os resultados não foram satisfatório, principalmente pelo modelo pedagógico, em que não considerava “as especificidades dos adultos e a diversidade regional” (UNESCO, 2008, p. 25).

A década de 60 é marcada por uma acentuada mobilização popular a favor da erradicação da alfabetização no Brasil e algumas iniciativas com foco na educação e cultura popular, de acordo com o UNESCO (2008, p. 26) a exemplo do Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; o Movimento de Cultura popular de Recife; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; e os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Nesse contexto, as ideias do educador popular Freire se tornaram referências, seu método de alfabetização de adultos, concebe a raiz do analfabetismo como resultante das relações estruturais desiguais. Suas ideias foram interrompidas pelo golpe militar, bem como a implantação do Plano Nacional de Alfabetização.

Em meio ao período da ditadura militar, iniciado em 1964 e a abertura democrática, pode-se dizer que as políticas de alfabetização, dado as suas inúmeras investidas e reformulações não atingiam seu êxito. Em 1991, de acordo com o IBGE (2006) o país possuía 19,2 milhões de analfabetos, entre a população adulta.

Contudo o cenário dos anos 90 já se apresenta com novos anseios permeados pela elaboração da nova Constituição brasileira, que trouxe grandes conquistas sociais e individuais, entre os quais o direito de voto aos analfabetos.

Passados oito anos de tramitação no Congresso, em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Essa conquista ampliou a oferta da EJA e definiu claramente os papéis da União, dos estados e municípios na execução das políticas.

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), foi previsto a oferta de educação aos jovens e adultos. Por meio da Emenda Constitucional 59/2009 em que ampliou-se esse direito ao ensino médio. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio

na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 2000), assim foi possível prever no espaço escolar a ampliação de vagas, com garantia de apoio pedagógico, alimentação, transporte e material didático.

Nesse sentido a Educação de Jovens e Adultos – EJA, foi pensada a partir da premissa de função “reparadora”, “equalizadora” e permanente”, assim descreve o Parecer CNE/CEB 11/2000⁴:

Esta função **reparadora** da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. A função **equalizadora** da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A função **qualificadora** é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e diversidade (BRASIL, 2010, p. 9/10 **nosso grifo**).

As funções elencadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em seu parecer respondem a um anseio da sociedade civil, que historicamente, almeja atingir outros níveis de escolarização por meio de uma política educacional mais efetiva e permanente. Para além da reparação, o reingresso na educação representa a saída de um lugar de desvantagem para um espaço de reconhecimento e emancipação.

Para Freire (1987, p. 52) a educação se efetiva por um processo dialógico, em que pressupõe falar e ouvir como prática de liberdade, assim a ação educativa não se fundamenta em falar a visão de mundo ou impor uma verdade sobre ele, mas dialogar com os alunos sobre a visão deles e a nossa enquanto educador. Uma proposta que valoriza as experiências de vida das pessoas.

A proposta de Freire parte da compreensão de uma educação que esteja alinhada ao princípio do processo crítico, da compreensão da realidade como instrumento de superação dos problemas que afetam as pessoas em suas comunidades.

Dessa forma, à medida que a escola estimula a criatividade, os diversos saberes, valoriza e oferece subsídios para enriquecer as produções dos alunos, logo estará contribuindo para que eles se reconheçam como parte do processo (BRASIL, 2002, p. 88).

Ainda que a EJA tenha alcançado uma importante contribuição para o desenvolvimento das pessoas, entretanto algumas situações conjunturais, ao longo dos anos, comprometeu a expansão nos investimentos.

⁴ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Ver Resolução CNE/CEB homologada e publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2000, Seção 1.p.18. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em 21/03/2023.

No centro das restrições econômicas, impostas pelo modelo neoliberal, de acordo com relatório da UNESCO (2008, p. 31), a EJA novamente é retirada das prioridades no atendimento à educação, somente a partir de 2003 a modalidade passa a ser inserida, gradativamente, no Fundo de Financiamento da educação Básica – FUNDEB.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, a descontinuidade dessa modalidade de ensino e as políticas públicas tímidas são insuficientes para atender a demanda, reconhece que, em parte, essas políticas resultam de iniciativas individuais (BRASIL, 2007, p.9).

Essa posição é preocupante à medida que vai de encontro, principalmente, a uma das funções da EJA, preconizada pelas diretrizes do CNE/CEB (2000, p.09) em que se propõe incluir ao sistema educacional grupos que sofrem múltiplas exclusões: “donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados”.

A oferta de educação a jovens a adultos, embora tenha o histórico de pouco investimento e sucessivas alterações metodológicas, ainda assim é uma possibilidade de reinserção educacional e social para centenas de pessoas que não tiveram oportunidade de concluir os estudos.

No Amapá, a instituição mantenedora da Educação de Jovens e Adultos, na rede estadual é a Secretaria de Estado da Educação – SEED, por meio do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEJA, cuja oferta é para os níveis Fundamental e médio, ambos com a duração de dois anos, 3ª e 4ª etapas (fundamental); 1ª e 2ª etapas, respectivamente.

De acordo com o Censo da Educação Básica (BRASIL, 2020) o estado apresentou uma queda nas matrículas de 25,3% entre os anos de 2016 a 2020, sendo que em 2019, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu em 14,7%, já a EJA de nível médio apresentou uma redução de 15,9% em relação ao mesmo ano. A maior participação na oferta das matrículas está na rede estadual, o que equivale a 63,5% no nível fundamental e 91,15 no médio. Ainda, segundo relatório do Censo, a área urbana concentra (84,4%) das matrículas.

Nesse sentido, outro aspecto relevante, é referente ao cruzamento dos indicadores de faixa etária e sexo, verifica-se que 58,6% das matrículas são de estudantes menores de 20 anos e do sexo masculino, no entanto à medida que a escala de idade sobe, as mulheres passam a representar a maioria.

Os dados mostram que há uma tendência das mulheres ingressarem na EJA com idade superior a 29 anos e, portanto o tempo de distanciamento da escola é bem maior em relação ao percentual de homens.

O Censo contabilizou também que, levando em conta a informação de cor/raça declarada na matrícula da EJA, sendo, 81,6% de estudantes do fundamental e 76,3% do médio

se identificam como pretos e pardos, já os alunos declarados como brancos representam 9,8% da EJA de nível fundamental e 11,5% da EJA de nível médio.

Um dos maiores desafios para a gestão dessa modalidade é a redução dos números de evasão escolar, pois o perfil, de acordo com os dados censitários são de pessoas economicamente ativas, por esse motivo acabam colocando a oportunidade de trabalho em primeiro plano. Para Narvaz et al. (2013, p.100) situações familiares advindas do casamento e a maternidade são principais motivos de evasão das mulheres na EJA, principalmente se forem pobres, negras e de áreas rurais.

Nessa perspectiva de acesso e permanência algumas políticas e programas federais foram pensadas, a partir de parcerias com estados, municípios e iniciativa privada com intenção de melhorar a oferta e reduzir a evasão.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁵, em 2004. Uma forma de melhorar a gestão da política educacional para esse segmento, uma de suas atribuições é fazer a articulação com as três Secretarias do MEC Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) e Secretaria de Ensino Superior (SESU) e interlocução com governos estaduais e municipais.

A Secretaria foi criada dentro de uma concepção de ampliar o acesso, considerando também as especificidades de gênero, idade, raça e etnia, entre outros.

A partir dessas diretrizes implementou-se a produção de material didático e paradidático, e a formação de professores.

Criação da Secretaria Nacional de Juventude, instituída em 2005 e vinculada à Presidência da República, uma de suas atribuições está a coordenação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)⁶.

O objetivo do programa é melhorar a formação geral do adolescente, a partir do princípio de que quando cheguem no mercado de trabalho não estejam com habilidades tão precárias. O acesso aos recursos do Programa ocorre por meio da adesão das Secretarias estaduais e municipais de educação. Em muitas situações as instituições não fazem adesão por

⁵ Resolução nº 65, de 13 de dezembro de 2007, publicada no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2007. Ver mais em Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos/ Planos estratégicos para a implantação da agenda nos Estados e municípios. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32737-eja>. Acesso em: 23/03/2013.

⁶ O ProJovem é um Programa educacional suplementar destinado a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, residentes em áreas urbanas que, por diversos fatores, foram excluídos da escolarização, com objetivo de reintegrá-los, por meio ao processo educacional, elevar sua escolarização e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de dezoito meses. Disponível em: www.fnede.gov.br/programas/programas_suplementares/ps_educacao_jovens_e_adultos/ps_projovem_urbano#. Acesso em: 25 de março de 2023.

conta de algumas condicionantes que não condiz com a realidade local, por exemplo número de matrículas, dentro da faixa etária específica, perfil e contrapartida exigida (pagamento de pessoal, locação de espaço e adaptação para os cursos), esses dificultadores impedem a chegada de investimentos e maior oferta de ensino.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, com objetivo de atender à demanda social com a oferta de educação profissional técnica de nível fundamental e médio.

As ações iniciais do Programa aconteceram na Rede Federal, por meio dos Institutos Federais, Escolas Técnicas Federais. No Amapá a oferta do PROEJA ocorre por meio do Instituto Federal do Amapá – IFAP, com oferta de 180 vagas anualmente,

Alguns programas e iniciativas implementadas nos últimos anos foram aporte para a permanência da política de jovens e adultos, porém sabe-se que sua amplitude depende de investimentos financeiros. A oferta, tanto em número de vagas quanto em melhoria do ensino, ao longo dos anos foram insipidas, principalmente se levar em conta a função de “reparação” de dívida social.

Ademais os Marcos legais para a educação de jovens adultos apontam para o enfrentamento às desigualdades a partir de grupos da população, compreendendo as relação de gênero, raça/etnia.

Ressalta-se a importância das contribuições do educador Freire e outros teóricos/as para a educação de jovens e adultos, a garantia constitucional, que instituiu a EJA como política educacional e sobretudo as lutas populares pelo combate ao analfabetismo.

Essas conquistas, no entanto, necessitam ter continuidade e ação constante dos agentes públicos para além das habilidades de ler e escrever. Sem esquecer, que a retomada, em certo momento da vida, de um/uma estudante à EJA é um indicador de que algo não aconteceu conforme as expectativas geradas pela educação.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 GRUPO FOCAL

A coleta de dados por meio da interação em grupo possibilita extrair a comunicação com mais riqueza de informação, nessa situação acredita-se que a técnica do grupo focal se alinha às intenções previstas no projeto e ao perfil do público envolvido na pesquisa.

O grupo focal é uma técnica utilizado para medir a percepção ou opinião por meio da interação de pessoas em grupo. Para Kind (2004, p. 125) “os dados obtidos, então, levam em conta o processo de grupos, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e ponto de vista individuais em jogo”.

Optou-se pela técnica como condição para coletar diversas impressões e vivências, em diferente faixa etárias, territórios e nuances. Nesse prisma uma pesquisa segundo Minayo (2011, p. 623) “consegue tecer uma história ou uma narrativa coletiva, da qual ressaltam vivências e experiências com suas riquezas e contradições”.

Como forma de ampliar o tema, incluiu-se à pesquisa a entrevista narrativa, com uma participante, de cada escola.

As narrativas consistem em apresentação de relatos de experiências pessoais ou coletivas e acontecimentos históricos ou fictícios. Conforme Pachá e Moreira (2022, p.159) “Ao se trabalhar com narrativas dos sujeitos das pesquisas, o pesquisador tem acesso não só à experiência vivida e narrada, como também à resignificação da história a partir da sua narrativa (...)”.

A inclusão da entrevista narrativa foi com intenção de estabelecer uma escuta mais detalhada da história de vida que se entrelaçam ao evento da gravidez e situações do contexto atual das estudantes.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais- Flacso, sob o parecer nº 48 de 15 de junho de 2022.

3.2 PARTICIPANTES

Participaram desse estudo vinte alunas da Educação de Jovens e Adultos, moradoras da cidade de Macapá, ambas tiveram histórico de gravidez na adolescência e situação em comum relacionada a evasão escolar.

Quadro1: Características das 20 participantes no momento da pesquisa.

Escola A					
Nome fictício	Idade	Idade da gravidez	Número de filhos/as	Tempo fora da escola	Raça
Violeta	20	16	01	02	Parda
Margarida*	38	14	07	15	Branca
Jasmim	20	17	01	02	Parda

Rosa	37	14	06	15	Preta
Camélia	26	16	03	08	Preta
Dália	21	16	01	05	Branca
Melissa	28	18	02	08	Parda
Íris	23	19	02	04	Parda
Gardênia	26	16	03	07	Parda
Hortênci	21	17	02	04	Preta
Escola B					
Açucena **	40	13	08	27	Preta
Acácia	21	14	02	06	Parda
Azaleia	31	18	05	07	Preta
Magnólia	28	16	03	08	Parda
Angélica	24	14	02	05	Parda
Tulipa	37	14	08	23	Parda
Amarílis	26	14	03	09	Branca
Begônia	31	15	04	10	Parda
Camélia	27	14	03	09	Branca
Orquídea	21	16	02	04	Branca

Elaboração: a pesquisadora

*Entrevista narrativa I **Entrevista narrativa II

3.3 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Quadro 2: Entrevista narrativa

Margarida	Açucena
<p>Mãe, trabalhadora, estudante, avó. A primeira gravidez ocorreu aos 14 anos, período que precisou abdicar dos estudos para cuidar e criar sozinha o seu primeiro filho.</p> <p>Margarida disse que, na adolescência não recebeu orientação e nem acesso a métodos contraceptivos.</p> <p>Atualmente têm 37 anos, mora com seu companheiro, com quem teve mais seis filhos.</p> <p>Trabalha de carteira assinada como serviço geral, numa empresa.</p> <p>Após 15 anos fora da escola retomou seus estudos com expectativa de concluir o ensino médio e cursar uma faculdade de enfermagem.</p>	<p>Mulher, mãe, avó, negra, engravidou aos 13 anos, vítima de violência. Interrompeu os estudos, logo ao saber que estava grávida, por vergonha e receio de ser julgada pelos colegas.</p> <p>Açucena contou que quando sofreu o abuso, sua vida foi tomada por uma profunda tristeza, não tinha coragem de contar a ninguém, por isso a família demorou a descobrir a gravidez.</p> <p>Disse também que tinha um namorado, embora nunca tivera contato sexual com o mesmo, no entanto ao tomar conhecimento da gravidez assumiu a paternidade e passaram a conviver juntos, com quem posteriormente teve sete filhos.</p> <p>Açucena já é avó, no momento não tem emprego fixo,</p>

<p>A aluna considera que é um bom tempo sem estudar, por isso encontra dificuldade em algumas áreas do conhecimento.</p> <p>Para que possa trabalhar e frequentar a escola, durante a noite, a filha maior toma conta dos outros irmãos.</p>	<p>trabalha como diarista (lavagem de roupas e limpeza de casa), não tem moradia própria- mora numa casa cedida.</p> <p>A aluna declara que nunca participou de nenhum programa social.</p> <p>Após 27 anos sem estudar, no ano de 2022 decidiu retomar os estudos com a finalidade de fazer um curso técnico.</p>
--	--

Entrevista realizada em dez/2022.

3.4 AMBIENTE DA PESQUISA/ESCOLAS

A seleção das escolas, foi com base na relação fornecida pelo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NIEJA, por meio da qual observou-se que das 51 instituições de ensino, com matrículas para EJA médio em todo Estado, a capital, Macapá concentra 22 escolas com oferta da modalidade.

As escolas selecionadas para a pesquisa são instituições públicas de ensino, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação – SEED, situadas em regiões distintas: zona norte e zona sul. Na zona sul estão os bairros, considerados tradicionais, mais populosos (IBGE, 2010), próximo aos principais serviços e centros administrativos e com nove escolas, já a zona norte faz parte de um processo de expansão urbana recente, tem maior número de bairros, é a porta de saída e entrada a diversos municípios.

Quadro 3: Dados das Escolas

Escola A
<p>A escola foi inaugurada nos anos 90, seu funcionamento está regulamentado por decreto expedido pela Secretaria de Estado da Educação – SEED/AP e reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação. Atualmente a instituição oferta dois níveis de Ensino: educação básica- Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos); Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos-EJA médio. Em sua estrutura a escola dispõe de nove ambientes para atividades pedagógicas complementares.</p> <p>A equipe gestora é eleita pela comunidade escolar, define-se, portanto como Gestão Democrática, que constitui-se de: uma direção; uma direção adjunta, uma secretaria escolar e coordenação pedagógica, com três profissionais.</p> <p>Os processos decisórios ocorrem por meio de colegiados, que auxiliam para o melhor desenvolvimento das ações, os quais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Conselho de classe</i>-órgão colegiado de natureza deliberativo de questões referente ao processo ensino-aprendizagem. • <i>Conselho escolar</i>- órgão colegiado responsável pela garantia da manutenção da escola e

<p>monitoramento das ações implementadas pela gestão e assegurar a qualidade dos serviços.</p> <p>Os recursos financeiros da escola são provenientes de fontes: PDDE, para alimentação e manutenção, PDDE interativo e PROEM.</p>
Escola B
<p>A instituição de ensino está localizada na zona sul da cidade, com oferta de educação fundamental, ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos –EJA, em suas instalações dispõe de espaços adequados à aprendizagem e atividades pedagógicas complementares.</p> <p>A equipe de profissionais é formada de, aproximadamente, 110 servidores entre docentes, não docentes e pessoal de apoio, com atendimento nos três turnos.</p> <p>De acordo com levantamento socioeconômico cerca de 90% dos alunos/as matriculados são oriundos de famílias muito pobres vindas de regiões ribeirinhas do interior do Amapá e Pará, sendo que os mesmos necessitam, constantemente, de auxílio para continuarem seus estudos, que segundo a escola, recorre ao Caixa escolar para atender algumas emergências.</p> <p>A gestão escolar é nomeada pelo governo do estado, e constitui-se de: uma direção, uma direção adjunta, uma secretária e coordenação pedagógica.</p>

Dados coletados junto à Coordenação Pedagógica das escolas A e B.

3.5 COLETA DE DADOS

A seleção das participantes partiu de uma amostra intencional, por meio de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, o qual foi aplicado pela Coordenação Pedagógica.

Posteriormente a pesquisadora selecionou somente as maiores de vinte anos e cuja resposta apontava para a gravidez como o principal motivo para a interrupção dos estudos. A partir das informações foram selecionadas as participantes, que posteriormente foram convidadas para informações a respeito da pesquisa.

O primeiro contato com as participante da Escola A ocorreu na sala da Coordenação Pedagógica, na Escola B ocorreu na sala dos professores. Os critérios para inclusão na pesquisa foram: a confirmação das informações fornecidas no questionário, a aceitação em participar da pesquisa, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Desse modo, foi combinado o dia, horário e local para a realização do Grupo focal. Cinco horas, foi encaminhado um card com a confirmação do encontro. Foram realizados dois grupos focais com 20 estudantes, sendo 10 alunas da Escola A, da zona norte e 10 alunas da Escola B, da zona sul da cidade.

A realização das interações em grupo ocorreram no ambiente das escolas, em dias diferentes, sendo a pesquisadora e uma observadora responsáveis pela gravação, em áudio.

O roteiro para a interação foi desenvolvido a partir dos eixos: sexualidade, Gravidez e a relação familiar, abandono escolar e retorno escolar/expectativas de futuro.

Inicialmente todas as participantes entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE devidamente assinado e receberam uma numeração para identificação nas falas, para a viabilidade das transcrições, sendo que as interações grupais tiveram a duração de 90 minutos.

Nas entrevistas narrativas a aplicação das perguntas ocorreu em dias diferentes, sendo que uma foi presencial e outra virtual, por chamada de vídeo pelo whatsapp, ambas foram gravadas, a penas áudio, com duração de 60 minutos.

Foi elaborado um roteiro com intenção de auxiliá-las na conversa inicial, pelo fato de já ter acontecido dois contatos anteriores, a intervenção foi bem propositiva. Inicialmente foi feita uma explanação do tema para situar a entrevista. Foi comunicado o início da gravação, a narrativa transcorreu sem interrupção. Ao final foram acrescentadas quatro perguntas complementares, específicas do contexto escolar.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

A exploração do material coletado deu-se pela análise do conteúdo. Trata-se de um método para “obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2004, p. 41 apud SOUSA e SANTOS p.1400, 2020).

A análise do conteúdo seguiu as etapas definidas por Bardin (2011) a pré-análise; a exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise constituiu-se da etapa da audição do material, transcrições e seleção de leituras para subsidiar as etapas seguintes.

Na fase de transcritas das entrevistas buscou-se procurou fazer a articulação com o conteúdo das respostas da interação em grupos e a sintetização dos dados.

Para a apresentação dos resultados fase do tratamento dos resultados ocorreu a análise dos dados como um todo, a formulação dos resultados, as reflexões conectadas às teorias e buscou-se a o tema na tentativa de apurar as relevâncias que permeiam o fenômeno da gravidez na adolescência e evasão escolar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados refletem o contexto da adolescência vivido por vinte alunas mães na faixa etária entre 20 a 40 anos, para apresentação dos resultados buscou-se zelar pela confiabilidade das participantes, para tanto a cada uma foi atribuído o nome de uma flor como melhor forma de representá-las, e às duas instituições denominou-se escola A e escola B.

As alunas da escola A nasceram na área urbana da cidade, são atendidas por programas sociais, como Bolsa Família e Amapá Jovem⁷, já as participantes da escola são mais da metade nascidas em regiões ribeirinhas do Amapá e Pará, as mesmas afirmam não ser atendidas por nenhum programa de renda.

Conforme esperado e, considerando a ausência de diálogos da família para a orientação sexual e dificuldade, constou-se que a primeira relação sexual na adolescência ocorreu com consentimento, no contexto de namoro e sem o uso de preservativo, excetuando um caso de relação sem consentimento.

A partir da análise do perfil socioeconômico das participantes é possível conferir que há disparidade em relação aos dois grupos residentes na área norte da cidade e na zona sul da cidade, a faixa etária de vinte anos é a que mais se repete entre as participantes, com pouca variação nas outras faixa de idade.

Em relação ao episódio da primeira gravidez, constatou-se que a menor idade da gestação ocorreu aos treze anos e a maior idade foi aos dezenove anos. A proporção maior de gravidez na adolescência está no grupo de mulheres pardas e pretas, a defasagem educacional também está nos mesmo grupo, tanto no grupo denominado A quando na observação do grupo B. Esse mesmo grupo soma o maior índice de natalidade.

Em relação ao acontecimento da gravidez na adolescência, de acordo com as participantes, não teve uma aceitabilidade positiva para os pais, a melhor opção encontrada foi o matrimônio. Frente ao sentimento da gravidez, a totalidade expressou não ser um acontecimento negativo, não obstante não ser planejada, as referências, em relação à chegada da criança foi de afeto. Os relatos demonstram que os elementos circunstanciais à gravidez determinaram a alteração na trajetória de vida: a reação dos pais, uma nova composição familiar, mudança de moradia, instabilidade financeira, abandono escolar, sendo que há uma

⁷ É uma política pública transversal estadual, cujo objetivo é promover condições mais dignas de vida à parcela, tradicionalmente, excluída da sociedade amapaense – Jovens entre 15 e 29 anos. Ver mais em <https://sejuv.portal.ap.gov.br/conteudo/programas/amapa-jovem>. Acesso em 23/11/22.

proporção maior para a piora da situação econômica a partir do nascimento da criança, com prevalência maior àquelas que foram morar com o companheiro.

Quanto ao abandono escolar e a demora no retorno para a escola foi identificado que a fase que mais prevaleceu a evasão foi após o parto, um grupo menor abandonou na fase da gestação por instabilidade emocional. Foi observado que não existiu sentimento de perda ou prejuízo em relação ao distanciamento da escola no período do desligamento, no entanto para algumas existiu a vontade retornar. As alunas que registram o retorno aos estudos também apresentaram, no mesmo ano a ocorrência de outra gravidez. Alguns episódios foram registrados: para o grupo de vinte alunas só duas não apresentaram casos de reincidência de gravidez; a partir de uma segunda ou mais gravidezes as alunas optaram pelo trabalho; em outras situações, que era possível retornar à escola, não foi possível pelo impedimento do companheiro.

Foi identificado que as atividades domésticas aparecem como ocupação que mais absorveu o tempo das adolescentes, de acordo com as falas todas já disseram, que em determinado tempo já foram responsáveis por todas as atividades em casa, incluindo acompanhar a educação das crianças, consultas e vacinação.

Dentre as participantes da pesquisa a maioria está no grupo de reincidência de gravidez, foi identificado que, tanto as mulheres que moravam com seus companheiros quanto as solteiras, a adoção do planejamento familiar ou prevenção na relação sexual, ainda prevalece como sendo uma decisão do companheiro.

As mulheres, que atualmente, estão na faixa etária de vinte um e vinte dois anos, dado ao contexto educacional e o acesso ao emprego, apresentam uma tendência em não quererem mais engravidar.

A despeito dos indicadores sociais e de renda, há uma unanimidade em considerar que estagnou, as mesmas atribuem essa condição à baixa escolarização, e conseqüentemente a impossibilidade em acessar uma ocupação com carteira assinada, esse indicador demonstra que a maternidade implicou em escolhas e renúncias, por isso o grupo de estudantes mães relacionarem a melhoria da condição econômica à educação.

Na relação familiar foi possível observar que as referências são, majoritariamente, para a figura da mãe, para algumas a ausência dos cuidados maternal na infância/adolescência é relatado com um acontecimento triste. Infere-se uma proporção maior de lares chefiados por mulheres. Para a maioria das participantes a trajetória das mães foi de gravidez na adolescência, alta taxa de natalidade e baixa escolarização, portanto há uma preocupação em não querer o mesmo para si e para as próximas gerações. Quanto à situação conjugal das participantes, mais

de um terço não está com o companheiro da época da adolescência, todas afirmaram ter ou já tiveram um companheiro antes dos 19 anos.

Os resultados apresentados parte das categorias extraídas nas intervenções dos grupos focais, realizados nas escolas A e B e as duas entrevistas narrativas. Para a discussão dos resultados foram organizado sete categorias:

Categoria 1: gravidez na adolescência: acesso à informação e diálogo familiar sobre sexualidade;

Categoria 2: Gravidez desejada;

Categoria 3: Gravidez indesejada e violência sexual;

Categoria 4: Formação de uma nova família: as responsabilidades e planejamento familiar;

Categoria 5: Abandono escolar;

Categoria 6: A demora para o retorno escolar: dificultadores e

Categoria 7: Retorno escolar: facilitadores/motivadores.

Cada categoria apresenta a o ponto de vista de cada participante com transcrições das falas que foram coletadas, a partir do grupo focal e entrevista narrativa.

Categoria 1: Gravidez na adolescência: acesso à informação e diálogo familiar sobre sexualidade

Os dados indicam que as participantes tiveram a primeira relação sexual de um namoro recente, sendo com consentimento, a iniciativa foi do rapaz e a sem proteção. Mais de um terço teve a primeira relação sem saber que poderia engravidar. Quanto a ocorrência da gravidez acontecer por falta de informação, apenas 2 alunas disseram saber de informações, a outra maioria disse não ter recebido qualquer intervenção da família, que pudesse orientá-las a respeito de formas de prevenção e outras orientações. Há portanto uma ocorrência maior da gravidez em razão da falta de acesso à informação, conforme as falas:

“No meu caso foi por falta de informação, eu morava no interior, ninguém falava em remédio e também nunca conversei com minha mãe” (Angélica)

“Eu não sabia nem o que era menstruação. Durante um tempo eu não sabia que existia meio de evitar filho” (Gardênia).

Há uma indicação maior do assunto da sexualidade ser um tabu para os pais, uma menor indicação está na falta de segurança para conversar com outros membros da família ou pessoas

conhecidos. Em nenhuma situação os profissionais de saúde foram citados como possibilidade de buscar atendimento.

“La em casa minha mãe não gosta, quando é esse assunto ela repreende, até quando estava passando na televisão ela mandava desligar.” (Gardênia)

“Na minha época era difícil ter alguém pra conversar, vivia no interior, não tinha como se informar”. (Jasmim)

“Eu nasci no interior não sabia que existia essas coisas, nunca tinha visto uma camisinha, não sabia de nada, vivi seis anos com uma pessoa, tive três filhos com ele. (Margarida)- entrevista narrativa I.

A família é citada como o ambiente mais confiável para receber as orientações, a mãe aparece como a preferência maior, outra pessoa próxima também poderá assumir a tarefa de ajudar um/uma adolescente a superar suas dúvidas e inseguranças.

“Eu sai de casa muito cedo, com doze anos, eu vivia muito na rua, minha mãe mandou eu morar com minha tia, achando que eu ia melhorar, mas foi diferente eu engravidei, mas depois eu passei a ter mais confiança na minha tia e conversava mais, agora minha mãe não dizia nada, a pessoa que falava mais comigo sobre esses assuntos era meu padrasto, só que eu achava muito esquisito”. (Acácia)

Os principais aspectos positivos destacados nos grupos foram: a possibilidade de trabalhar a conscientização com a nova geração, intervir para que seus filhos e filhas tenham melhores escolhas e, para uma menor parte, poder contar com o companheiro no planejamento familiar.

“Eu tenho uma irmã de 16 anos, que agora está com uma conversa de não querer mais estudar, está com namorico, eu falo muito com ela, eu digo olha o maior exemplo pra ti sou eu e a mamãe, te previne, toma cuidado, ter filho não é fácil” (Gardênia)

“Eu converso com a minha filha mais velha, acho que tem que vir da mãe essas conversas, a gente se sente mais confiável, mais próxima” (Orquídea)

“(…) Hoje eu vivo com outra pessoa, tive mais duas filhas com ele, mas hoje a gente se cuida, ele disse que não quer mais que eu engravide. Se não tem camisinha em casa ele não me procura”. (Margarida- entrevista narrativa II).

A partir dessa primeira categoria busca-se compreender o papel da família na educação sexual e outros espaços que os adolescentes podem obter informações.

Os resultados indicam que a menor idade da gravidez ocorreu aos 13 anos e a maior idade da gravidez ocorreu aos 19 anos. Conforme Quadro 1 a prevalência da gravidez está nos grupos de adolescentes com 14 anos e 16 anos. Conforme já foi comentado anteriormente a falta de orientação sexual da família e o início da vida sexual sem programas de planejamento familiar aparecem como causa frequente de gravidez não planejada.

Alguns estudos indicam que é frequente o número de adolescentes que iniciam a vida

sexual mais cedo, geralmente, antes dos 15 anos, seja por influência das redes sociais, pelo desejo de autoafirmação ou pelos grupos sociais com quem convivem (AVILA, 2015, p. 27), em muitos casos essa decisão nem sempre tem relação com prevenção e saúde sexual. É fundamental que a formação acompanhe essa dinâmica, seja por meio da educação, da saúde e das famílias com informações inerentes ao seu desenvolvimento implicam tanto na prevenção à gravidez e às Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Conforme Louro (1997, p. 105) é importante que a adolescente saiba que existem profissionais da área da saúde com amparo para discutir esses assuntos constitui um apoio importante para evitar que tais temas sejam invisibilizados ou tratados de uma perspectiva moral, principalmente quando se trata do acolhimento às demandas das meninas.

Para Fanelli (2003, p.108) há uma lacuna entre ter informação essencial e a existência de formas de prevenção de uma gravidez e entre ter acesso, no caso da adolescente, para adquirir e fazer uso do método mais apropriado requer admitir, por exemplo, que a menina já iniciou a vida sexualmente ativa, o que se torna complicado, por diversos fatores: tabus e preconceito relacionado à sexualidade feminina.

Embora esteja assegurado nos marcos legais para infância e adolescência os direitos fundamentais do adolescente a privacidade, durante as consultas a preservação do sigilo no atendimento à saúde (BRASIL, 2013) ainda assim existem diversas manutenções de violência contra as mulheres, o primeiro é a naturalização da desigualdade de gênero, pois se existe de um lado o legítimo direito, por que afinal tantas barreiras para que meninas acessem atendimento básico? Sem que para isso sejam julgadas e rotuladas.

Esse abismo existente entre a apropriação do conhecimento e a autonomia para utilizá-lo a seu favor, são desigualdades construídas historicamente e hierarquicamente, que determinam os lugares, socialmente definidos para mulheres, homens, brancos, negros.

A desconstrução dessas relações desiguais só acontecem se recolocarmos o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as desigualdades (LOURO, 1997, p. 470), não é um exercício fácil a ser feito, no entanto por meio das políticas públicas é possível a construção de um processo inverso.

Essa relação ambivalente, nega a liberdade sexual, a normalização da violência e ainda determina as atividades, exclusivamente de mulheres, por isso no processo de causalidade é necessário abranger qual relação de opressão assume uma sociedade capitalista, racista e colonialista (AZERÉDO, 1994), a partir desse viés que se constituem os papéis: quem manda, quem obedece, o que pode, o que não pode.

Uma forma de se contrapor a essa condição e contribuir com as novas gerações de

adolescente é incentivando pelo viés da educação, uma educação atraente que incentive o Empoderamento das meninas. O Empoderamento é um processo que emergem frente as forças sistêmicas que oprimem e marginalizam as mulheres (BATLIWALA, 1994, p. 130), essas forças podem ser desconstruídas à medida que meninas assimilem outros papéis que não sejam apenas da perspectiva do biológico, definido a ela.

Louro (1997) sustenta que a distinção dos sujeitos pelo biológico serviu para relacionar diversas distinções entre homens e mulheres, seja pelo físico, pelo psíquico, pelo comportamento, em fim para justificar os papéis que cada um deveria assumir.

Contudo, a maneira como se entrelaçam as diferentes formas de opressão não é, pois, uma equação que possa ser resolvida facilmente” (LOURO, 1997, p. 54), no entanto alguma ocorrências são mais contundentes para as adolescentes grávidas, como por exemplo assumir precocemente responsabilidade de gestar, amamentar e todas as tarefas de cuidados, enquanto que o homem dedica o tempo a desenvolver atividades remuneradas.

Observa-se com isso que, embora a gravidez não planejada cause alteração no percurso de vida do menino e da menina e submeta-os à restrições econômicas, no entanto para a mulher a condição é mais desigual.

Essa condição de desigualdade, muitas vezes anula a iniciativa e escolha da mulher. Por isso, o rapaz decide o momento da primeira relação sexual e tem a prerrogativa de usar ou não o preservativo. Assim, essas assimetrias vão se reproduzindo e sendo assimiladas inconscientemente.

Na proposta de Batliwala (1994, p. 132) quando um número grande de mulheres se mobilizam e pressionam as mudanças a sociedade se vê forçada a mudar. Para a ativista o processo de Empoderamento é espiral de modo a afetar o mundo todo.

Categoria 2: Gravidez desejada

As duas alunas que afirmaram ter acesso à informação citam que a gravidez foi uma escolha, embora a opção de cada uma tenha um desdobramento diferente: uma expressou a vontade por realização pessoal, já a outra fala entende a gravidez como um propósito de vida. Em uma situação escola foi citada como um espaço que proporcionou informação a respeito da sexualidade.

“Na minha juventude eu conversava com minha mãe e grupos na escola, nos grupos tinha sempre alguém que comentava algo que escutou da mãe, aí a gente ia sabendo mais. Eu tinha conhecimento, na escola soube que existem várias formas de se precaver: camisinha, anticoncepcional injetável. Eu engravidei porque eu quis” (Dália).

“Pra mim foi uma escolha, admiro as pessoas que tomam essa decisão e não se arrependem, porque a gente está aqui pra se multiplicar” (Acácia)

O debate a respeito da gravidez na adolescência tem vários recortes, um deles é que nem sempre a gravidez precoce é indesejada. No universo das vinte participantes, 2 (duas) alunas constituem uma minoria de adolescentes, cuja gravidez aparece como uma escolha pessoal. Alguns estudos apresentam ocorrência de gravidez desejada entre grupos de adolescentes. Pantoja (2003, p. 336) sugere que em função de um cenário de falta de oportunidade e baixa expectativa, em alguns casos, a maternidade pode ser uma alternativa de vida.

Essa escolha pode ser traduzida no desejo de obter autonomia, reconhecimento social da família ou de amigos, o UNICEF (2011, p. 42). No caso das participantes há uma distinção dentro desse processo de escolha, tomando como referência as narrativas, presume-se que para uma a atitude foi um ato de rebeldia, sem considerar as consequências, para a outra, a escolha está condicionado a um projeto de vida, inclusive como uma concepção idealizada.

O trabalho de Dadooriam (2003, p. 86) a partir de uma análise do significado individual da gravidez entre meninas da classe média e de classe populares, descreve que “a maternidade aparece como a única perspectiva de vida para essas jovens de classes populares, onde o papel social mais importante por elas desempenhado é o de ser mãe.

A opção por essa categoria foi em razão do indicador de abandono escolar, pois ainda que a gravidez tenha sido uma escolha, constata que de acordo com o Quadro I ambas interromperam os estudos, no intervalo de 5 e 6 anos.

Categoria 3: Gravidez indesejada e violência sexual

Um relato de gravidez indesejada, sem consentimento foi apresentado por uma aluna, a mesma disse que sofreu violência e não contou a ninguém, mas diz que na época não sabia se poderia engravidar, desse modo, por medo não contou a ninguém. Não tinha consciência que o ato além de ser um crime, poderia causar uma gravidez. Somente três meses depois a gravidez foi descoberta.

“Eu sofri um abuso sexual por um membro da família. Um dia minha mãe saiu cedo com meu outro irmão e eu fiquei dormindo, foi aí que ele, partiu pra cima de mim eu não tive como me defender. Não era meu plano ter filho cedo” (Açucena – entrevista narrativa II).

Esta pesquisa identificou que a falta de informação necessária e relação à sexualidade não permitiu que a aluna tivesse a noção da gravidade e sentisse segurança para contar à mãe.

A violência sexual é um crime previsto em Lei, de acordo com o Art. 5º da Lei Maria da Penha, que trata da violência contra a mulher, descreve: Configura-se como violência

doméstica e familiar qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e danos morais e patrimoniais (BRASIL, 2012, p. 39). O ato de forçar alguém a manter relação sexual contra a vontade, ainda que seja namorado ou casado, é também considerado casos de violência. De acordo com o Art. 7º III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça [...] (BRASIL, 2006).

Para o UNICEF (2011, p. 44) uma das vulnerabilidade as quais as crianças e adolescentes estão submetidas no seu dia a dia é a exploração e o abuso sexual, essas ocorrências marcam a vida de meninos e meninas e comprometem suas integridades. Esse tipo de violência, geralmente são atravessadas pelo preconceito, pelos tabus, medo e silenciamento.

A violência sexual, no entanto nem sempre está relacionado à situações econômicas, outros casos, como a relação de poder ou disciplinamento de um adulto sobre a criança e de um homem sobre mulher ou LGBTQIA+, essa violência é caracterizada pelo uso da força e intimidação (UNICEF, 2011). A situação narrada pela aluna é permeada de violações e situação de vulnerabilidade extrema, pois a ela não coube proteção nem reparação do crime.

Essa situação reforça a necessidade da orientação sexual, tanto em casa quanto na escola, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN um dos objetivos é a conscientização para identificar e proteger-se de relação sexual coercitiva ou exploradora (BRASIL, 2000, p. 91), à medida que crianças e adolescentes têm essa consciência não só ajuda a prevenir quanto ajudam na identificação dos casos e efetivação de denúncia.

A violência contra a mulher atenta contra a saúde e integridade, no caso da violência sexual constitui um risco para a saúde, pois pode acarretar em uma gravidez, uma infecção por doença sexualmente transmissíveis.

Nesse contexto de violência, as mulheres negras são mais atingidas e mais expostas à violação dos direitos, que juntos às desvantagens acumuladas soma ainda a violência racial. Historicamente os corpos das mulheres negras tiveram um “dono”, por isso a violência cotidiana vivida pelas mulheres era perversa e sua função era servir. De acordo com Lemos e Melo (2003, p. 27) a subalternização da população negra criou o imaginário que seu corpo é perigoso e por isso pode dispor e descartar sem qualquer direito.

O enfrentamento dessas desigualdade estruturantes só será possível pelo viés da educação, da aplicação da legislação e, principalmente por meio de políticas de ação afirmativas a ponto de se atingir uma democracia econômica e níveis de representatividades.

O Ministério da Saúde (2013, p.275) ressalta que os casos de violência de qualquer natureza, não estão restrito à área de saúde, mas que deve ser uma articulação de diversos setores, principalmente porque a situação de violência é um fenômeno estrutural.

Ao analisar o contexto narrado pela aluna, percebe-se que o período vivenciado era propenso a impunidade e negligência aos casos de violência, principalmente no ambiente familiar, só a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA os casos de abusos passaram a ter mais repercussão junto à opinião pública.

Categoria 4: Formação de uma nova família: as responsabilidades e planejamento familiar.

A maior parte das narraram indicam que à medida que os pais tomaram conhecimento da gravidez, as reações foram adversas, mas prevaleceu a opção de ‘juntar’ o casal para assumir a responsabilidade com a criança. Outra reação de insatisfação foi a atitude de expulsar a adolescente de casa, teve também surras e até rompimento de laços afetivos.

Ainda que a notícia da gravidez tenha causado alterações na dinâmica da vida de cada uma, no entanto na falas das estudantes em nenhum momento a palavra “indesejada” foi mencionada.

“Quando a minha mãe soube que estava grávida me deu de mala e cuia para o meu marido. A minha mãe não tinha condições de me ajudar com nada, ela disse ‘vai embora com teu marido, vai criar teu filho’. O meu marido vivia de bico, não tive condições de comprar enxoval para meu filho, os vizinhos me ajudaram com as roupas. Passamos muitas dificuldades” (Gardênia)

“Quando eu fiquei grávida ninguém me apoiou, minha mãe me deu uma surra, mesmo eu estando grávida” (Açucena-entrevista narrativa II)

“No meu caso, quando a minha mãe soube que estava grávida me expulsou de casa. Só voltou a falar comigo já no oitavo mês da minha gestação, dos seis, irmãos, só um falava comigo” (Dália)

Frente a gravidez as falas deixam transparecer que a responsabilidade maior ficou para elas: administrar a vida como “adulta”, cuidar do pré-natal e todas as atividades da casa. Em relação à vida financeira, a maioria disse que o companheiro passou a desenvolver algumas atividades. Não foi possível identificar se o casal ou a adolescente recebeu alguma ajuda dos familiares.

“O meu marido não ia comigo para a consulta, não queria saber de nada. Eu fui criada sem a minha mãe, como eu disse ela saiu de casa cedo, por isso não tinha contato com ela, quem marcava as consultas pra mim era meu pai e também um irmão meu que providenciava exames, porque ele trabalhava no hospital” (Rosa)

*“Eu fiquei em casa só sendo mãe. Meu marido trabalhava, eu cuidava da casa”
(Jasmim)*

“Todas as vezes que ia para consulta ficavam falando pra mim que nessa idade não era pra ter filho, que era pra eu está na escola” (Gardênia)

Referente ao planejamento familiar e as precauções para evitar a reincidência de uma gravidez, as participantes relataram que a época não pretendiam engravidar, no entanto alguns fatores como a falta de frequência no acompanhamento médico. Foi observado que talvez por insegurança ou receio as estudantes após o parto não retornaram para consultas e acompanhamento médico de rotina. Outra situação foi o posicionamento de alguns companheiros quanto a recusa do uso contraceptivos e algumas citaram que fizeram uso incorreto, por isso esses eventos foram determinantes para a segunda gestação.

“Quando meu último filho nasceu eu comecei a tomar remédio escondido, porque meu marido não gosta dessas coisas” (Gardênia)

“Eu não queria mais ter filho, mas eu não sabia usar remédio, tomava tudo errado, passei pra injeção, não deu certo, e só ia engravidando, até que no parto do meu último filho eu passei muito mal, fique internada, passados três meses fui ao hospital e decidi colocar um DIU, graças a Deus! Eu estou usando há 8anos. Não quero mais ter filho, principalmente agora que vou ser avó, eu acho feio mãe e filha ficarem parindo, na minha família eu vejo isso, os sobrinhos não respeitam os tios” (Rosa).

*“Eu fiz todo pré-natal, recebi sim orientação do médico, ele disse que quando eu ganhasse o neném era pra mim fazer o planejamento familiar, só que da minha parte eu não fui fazer porque eu fiquei com medo, porque eles falaram que quando eu tivesse o bebe era pra voltar lá pra eles colocarem um DIU, só que como umas colegas me disseram que dava hemorragia, que doía ai eu não fui procurar”.
Açucena- entrevista narrativa II)*

*“Não tive orientação referente ao planejamento, de como planejar uma família, como que a gente pode ser ou ter uma família. Não tive apoio de ninguém, nem durante a gravidez nem durante o parto Engravidei muito cedo e cuidei só do meu filho, não tive apoio de familiares, escola, de nenhum órgão que pudesse apoiar”
(Margarida- entrevista narrativa I)*

O desfecho da gravidez não planejada, impacta não só na vida das menina como da família. Em caso de gravidez, antes do casamento a posição da família foi predominante a escolha pela união matrimonial como um projeto de vida, principalmente como forma de reparação e atribuição de responsabilidade do rapaz sobre a “mulher” grávida quanto a paternidade.

Há pouco tempo os parâmetros morais e éticos condenavam as mulheres que iniciavam uma vida sexual antes do casamento (AVILA, 2015, 26-27), essas convenções simbólicas de castigos e expulsão de casa estigmatizam e imputam responsabilidades incompatíveis para essa faixa de idade.

Para Martins (2021, p. 60), essa responsabilidade precoce impede as adolescentes de viver período de transição, forçando-os a uma maturidade antecipada e a uma inserção imediata no mundo adulto, considerando as transições etárias, nem sempre a maternidade está relacionada a maturidade, desse modo a família, involuntariamente, acaba repassando responsabilidade de adultos para adolescentes em contextos bastante conturbado.

Esses fatores, em famílias de classes populares ocorre principalmente pela baixa expectativa em relação ao futuro dos/das adolescentes, assim há uma tendência em educar os filhos para obterem um empregos para ajudar no orçamento familiar, por isso o “casamento é algo que pode ocorrer precocemente, sendo acompanhado, muitas vezes, de vários filhos” (DADOORIAN, 2003, p. 85). A impossibilidade de oferecer melhor vislumbra-se que a partir de um novo núcleo familiar o crescimento pessoal seja possível.

A “antecipação” para a vida adulta, nas mulher tem mais contornos de desvantagem, considerando a falta de autonomia na escolha de um método contraceptivo, sendo que o exercício da autonomia é um elemento-chave para conquistar a saúde sexual e reprodutiva: se a mulher não puder negociar o sexo seguro com o parceiro, não há outra forma que previna da exposição ao vírus HIV e à gravidez indesejada (CHACHAM et al., p.390), evidencia-se que a desigualdade de gênero têm consequências incalculáveis à saúde reprodutiva das mulheres.

Nesse aspecto, conforme Martins (idem, p.23) considerando que na sociedade brasileira é bem evidente a associação entre masculinidade e prestígio, portanto esse prestígio confere a ele a possibilidade de “acesso diferenciado” aos direitos.

Assim fica claro que, independentemente da idade da primeira gravidez, os indicadores de alta natalidade estão relacionados, majoritariamente, a não adoção de programas de planejamento familiar, em virtude da centralidade do companheiro, que assume o controle da relação e determina se a função mais importante é a reprodução, portanto espaço privado ou se é o espaço público, no caso, estudar, ter uma formação e trabalhar.

Os desafios em torno das escolhas reprodutivas não estão na superação das barreiras somente do conhecimento e acesso ao método contraceptivo, mas fundamentalmente, na capacidade de negociação com seu companheiro (MARTINS, idem, p.26) o ponto levantado pelas autora ilustra como as relações de poder se estabelecem e operam para a falta de autonomia da mulher sobre seu corpo. Por isso o planejo familiar não deve ser visto somente com foco para a mulher.

Essas reflexões reforçam o debate em torno da gravidez na adolescência, seja por uma escolha ou uma situação não planejada, muito embora uma gravidez que não tenha sido desejada, inicialmente, mas que durante o período gestacional e pós parto a criança seja muito

desejada e acolhida (AVILA, 2015, p. 30), essa situação pode se repetir, para algumas mulheres.

A política pública instituída no campo de planejamento familiar é o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), constitui um conjunto de ações voltadas para a atenção integral à saúde da mulher.

O art. 2º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, define planejamento: “conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (BRASIL, 2013 p.57). Assim constitui-se o programa fundado no princípio de direito sexual e direito reprodutivo em que leve em conta o contexto de vida de cada pessoa e respeito às decisões em relação a reprodução, isenta de violação, coerção e discriminação. É mister o acesso das informações acerca do Programa para a desconstrução de estigmas e receio que envolve a assistência à mulher.

Um elemento que aparece com maior frequência pelas alunas foi a falta de planejamento familiar. Dentre o grupo das mulheres, a reincidência da gravidez ocorreu com maior frequência nas mais jovens, quanto mais cedo foi a primeira gravidez menor foi o intervalo entre a segunda gravidez, uma similaridade entre esse grupo é o longo tempo de distanciamento da escola.

Para Avila (2015, p. 36) a probabilidade de uma nova gestão, no grupo citado, é altíssima isso porque as adolescentes em grande parte apresentam maior grau de fertilidade do que as mulheres com mais idade, para o grupo de adolescentes que não fizer uso de nenhum método contraceptivo, os riscos de engravidar são altos.

Existe, portanto uma relação bem distinta entre querer ter uma vida sexual segura, querer engravidar ou não, quer seja no namoro ou no matrimônio, essa liberdade de escolha é um elemento de domínio das mulheres sobre seu corpo. Para as mulheres negras a constituição desses parâmetros é mais desigual, segundo Waraway (1991 apud, AZERÊDO, 1994, p. 214) essa “falta de liberdade reprodutiva”, foi um mecanismo a qual as mulheres negras, escravizadas estavam submetidas. Assim estruturou-se na sociedade o discurso que as mulheres não precisam de muito, embora a falta de autonomia no processo reprodutivo é prejudicial à saúde das mulheres, para os corpos das mulheres negras é estruturante.

No contexto atual, a condição necessária para romper com tais barreiras, em relação aos direitos e pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, em todas os ciclos, mas fundamentalmente na adolescência, é por meio do conhecimento e apropriação de instrumentos legais. As políticas públicas têm esse princípio e pode atuar não somente com a diminuição dos números de adolescentes grávidas, bem como amenizar os impactos de uma gravidez entre as adolescentes.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde (2013) com intuito de apoiar as ações do Programa

Saúde da Família (PSF) incluiu a atenção em saúde sexual e em saúde reprodutiva como prioritária da Atenção Básica à Saúde⁸ (APS). É um importante instrumento de apoio à formação.

A atuação dos profissionais do PSF representa uma estratégia para o esclarecimento dos direitos e identificação de possíveis casos de violência sexual, em todas as suas dimensões.

Categoria 5: Abandono escolar

As alunas-mães declararam que no período da gravidez estavam na escola, algumas no Ensino Fundamental e outras já estavam no Ensino Médio, no entanto tiveram que abandonar a escola, descreveram que foi uma decisão necessária, sendo que a fase após o nascimento da criança aparece maior ocorrência, pois, de acordo com a descrição os cuidados de mãe e a situação econômica dificultou bastante a vida.

“Quando eu engravidei, lá no interior eu parei, ao vir para a cidade tive que começar do zero, fiz um teste classificatório e comecei a partir do quinto ano, só que eu engravidei logo em seguida, meu marido disse que não dava pra ficar na escola ou eu cuidava do meu filho ou eu estudava, pra mim era mais fácil cuidar da criança. Em 2019 eu voltei pra escola e foi o ano que surgiu uma oportunidade de trabalho, e aqui estou eu- trabalhando e estudando”. (Azaleia)

Em seus relatos acrescentaram também, que na fase da gestação o desligamento da escola ocorreu por diversos fatores: passaram a morar longe, por interferência do companheiro, em virtude dos sintomas, típicos da fase gestacional e somente uma manifestação de abandono, logo ao saber da gravidez, por receio de sofrer preconceitos dos colegas. Não é possível mensurar na pesquisa se a permanência de uma adolescente em sala de aula tenha esse desdobramento.

Em suas narrativas as alunas não citaram alguma interferência da escola na época da gravidez, também não sabem dizer de possa existe alguma forma de suporte para as alunas quando engravidam.

“Eu evitei vir para a escola porque eu tinha sonolência e era muito nervosa, ninguém podia falar comigo que eu perdia a paciência” (Violeta).

“(…)minha vergonha de ir para a escola era que meus colegas comessem a zombar de mim, porque já vi eu aparecer grávida com a idade que tinha (13 anos). Então eu decidi abandonar os estudos, fui muito julgada, principalmente pela minha família e meus colegas. Se eu tivesse continuado eu não estava nessa vida que eu estou,

⁸ O Ministério da Saúde (BRASIL, 2017) define Atenção Básica como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e o tratamento dos problemas de saúde mais comuns e relevantes da população, a reabilitação e a manutenção da saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

passando por tanta dificuldade, era pra mim ter um trabalho” (Açucena -entrevista narrativa II).

“No meu caso quando eu engravidei eu fiquei muito debilitada, tinha muito enjoos, por isso não consegui ficar na escola, dois anos eu voltei a estudar, dois meses depois engravidei e novamente interrompi os estudos, nesse intervalo eu fui trabalhar, porque era preciso ajudar nas despesas. Agora, que a minha filha tem sete anos eu voltei, já posso estudar”. (Begônia)

Essa categoria temática discutiu o abandono escola como causalidade da gravidez das adolescente estudantes. Para as alunas mães participantes dos dois grupos a gravidez foi determinante para o abandono escolar, o maior indicador de tempo de distanciamento da escola foi a ocorrência de outra gravidez. Na correlação gravidez e abandono escolar é prevalente após o nascimento da criança, as duas variáveis estão relacionadas ao sintoma e a fase da amamentação. A falta de maturidade não favorece que a menina assimile a necessidade de continuar a desenvolver sua formação intelectual e contato permanente com o ambiente de aprendizagem e o papel de mãe, assim a escolha lhe parece se óbvia. Temporariamente a maternidade se sobrepõe a qualquer projeto de vida. De acordo com Dadooriam (2003, p.86) por meio do filho, uma extensão do corpo da mulher provoca sensação de plenitude e completude. A autora adiciona a relevância do meio social na definição do papel feminino, isso ajuda a compreender qual o papel que as mulheres têm na sociedade e dessa forma provocar novas escolhas nos projeto de vida das adolescentes.

A situação de vulnerabilidade, que envolve a gravidez, reverbera na saúde, na vida escolar, na alteração do percurso de formação, é também determinante na manutenção de “ciclos geracionais de pobreza e exclusão” (UNICEF/BRASIL, 2011, p.410). De que forma isso ocorre? A educação é um direito constitucional, e sobre nenhuma hipótese deve haver normalidade quando um adolescente precise escolher entre um emprego e a escola ou a menina tenha que escolher entre ser mãe ou a sua escolarização.

De acordo com Rodriguez (2008, apud, Chacham et al. 2012, p. 402) no Brasil, bem como em outros países da América Latina, a situação de vulnerabilidade extrema de mulheres pobres pode ter relação direta com as altas taxas de gravidez na adolescência em grupos com renda mais baixa, principalmente se levar em conta as disparidades regionais e a faixa etária.

Observa-se assim a homogeneidade racial entre as participantes e a proximidade significativa entre gravidez na adolescência, cor/raça e evasão escolar. Outro ponto de similaridade encontra-se de número de filhos, a proporção maior está no grupo de estudantes pretas e pardas, consequentemente a taxa de natalidade e no tempo de distanciamento da a escola.

A causalidade da evasão aponta como principais fatores: as atividades domésticas, de

acordo com o que já foi debatido, anteriormente, na pesquisa, apontam que as tarefas assumidas pela maioria, desde a fase da gestação, são todas não remuneradas, ao passo que ao homem coube a atividade remunerada. Existe, portanto, uma demanda simbólica para que as mulheres se conformem com a ocupação de espaços subalternos, e com projetos de outras pessoas acima dos seus, para exercerem um controle (DADOORIAN, 2003, p. 25). Esse controle não só submete a mulher a uma sobrecarga como imobiliza par as novas possibilidades de exercer outro papel.

Em suas narrativas algumas mães têm essa noção de desvantagem em relação ao trabalho não valorado, pois de um modo geral, cuidar de criança, lavar roupa, limpar casa, cuidar de um doente, está vinculado ao afeto, à medida que essas atividades passam a ser remuneradas o valor é bem inferior.

Conforme demonstra o Quadro 1, independente da gravidez ser uma escolha ou não, todas as adolescentes interromperam os estudos, em média dois anos, a cada gestação. Verificou-se também, que o menor tempo de desligamento com a escola foi de 02 anos, de alunas com histórico de uma gestação, cuja gravidez de ambas, ocorreu após 15 anos de idade; já o maior tempo fora da escola foi de 27 anos, sendo a primeira gestação ocorrida aos 13 anos para um total de 08 filhos.

Considerando essas afirmações e outras falas posteriores, pode-se evidenciar que, tanto no contexto, vivenciado pelas alunas no passado, quanto no atual cenário, a ocorrência da gravidez em meninas de baixa renda já representa um indicador de desvantagem em relação a expectativa de futuro.

A Rede Nacional da Primeira Infância- RNPI (2013/2014, p.10) alerta para algumas situações em relação a fase da gestação:

- A primeira é a necessidade de considerar que essa a adolescente ainda está em crescimento, e ao engravidar nesse período existe um grande risco biológico para seu corpo”;
- A segunda situação é “este risco está ligado principalmente à questão nutricional” e
- A última, existem de dois corpos crescendo num mesmo momento e competindo pelo mesmo nutriente. “Ela pode até ganhar mais peso, mas transfere menos peso e menos nutrientes para o bebê”.

Nesse âmbito, a implementação de uma política intersetorial de educação e saúde pode auxiliar na permanência do vínculo com a escola, atenuar os impactos socioeconômicos e prevenir a reincidência de outra gravidez, em curto espaço de tempo.

A pesquisa identificou o Programa de Saúde na Escola-PSE política integrada entre os Ministérios da Saúde e da Educação, o mesmo foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286. Trata-se da união articulada em prol da promoção da saúde e da educação integral.

A principal premissa do Programa é:

Contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Essa iniciativa reconhece e acolhe as ações de integração entre saúde e educação já existentes e que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos educandos (BRASIL, 2011, p.7)

Após exame minucioso do conteúdo identificamos o componente II como sendo a Promoção e Prevenção à Saúde, cuja concepção está em consonância ao que prevê o SUS, define, portanto como “uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes em nosso país [...] (BRASIL, 2011, p. 17).

Entre as atividades a serem implementadas pelas equipe da Saúde da Família nas escolas, como ação constam:

Ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável;

Promoção das práticas corporais e atividade física nas escolas;

Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE: educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/aids;

Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): prevenção ao uso de álcool e tabaco e outras drogas;

Promoção da cultura de paz e prevenção das violências; e

Promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável.

A escolha das Unidades escolares é uma competência do GTI Municipal, para isso levar-se-á em conta “as áreas de vulnerabilidade social, os territórios de abrangência das Unidades Básicas de Saúde e o número de equipes de Saúde da Família implantadas” (BRASIL, 2011, p. 17).

Os procedimentos para acessar as ações do Programa, é uma responsabilidade de cada Unidade escolar, para tanto deve inserir os temas a serem desenvolvidos nas ações do Projeto Político Pedagógico – PPP.

Ressalta-se que o SPE recomenda que a escolha dos temas ocorra com participação da comunidade: pais, docentes e discentes.

Os possíveis entraves na execução do Programa, pode ocasionar por duas situações: a

falta de interlocução entre os Grupos de Trabalho: União, Estado e Municípios, uma vez que a adesão ao SPE está na competência do município, embora as Escolas estaduais sejam beneficiadas com ações do Programa; a segunda, a incompatibilidade entre a agenda da escola e da equipe de campo do Programa de Saúde na Família – PSF.

Categoria 6: A demora para o retorno escolar: dificultadores

Quanto ao longo período de afastamento da escola, segundo as participantes os motivos determinantes foram: outra gravidez, algumas relatam que após certo tempo retornaram, porém ao engravidarem precisaram para de novo, inclusive há registro de duas tentativas, mas a aluna percebeu a inviabilidade por conta da situação gestacional mais as duas crianças que estavam em casa. Outro ponto citado foi a necessidade de trabalhar, à medida que precisaram trabalhar durante o dia, era difícil ficar tanto tempo ausente das crianças e, também pelo fato de ter mais dificuldade de conseguir alguém para cuidar das crianças, no período da noite.

“Eu tentei voltar com meu filho pequeno, trazia ele pra escola, mas era muito sacrifício, não conseguia prestar atenção nas aulas. Ai eu pensei, vou parar não vai dá e assim eu levei quase dez anos sem estudar. Agora mesmo, quando não tem com quem deixar eu trago os três para a escola, mas não é fácil. O Amapá Jovem também foi muito importante para eu permanecer na escola” (Gardênia)

“Não dá pra assisti aula, amamentar, trocar fralda.” (Melissa)

Outra situação citada pelas alunas que dificultou o retorno à escola estava condicionado à posição do companheiro em não aceitar que a mulher fosse à escola, em alguns casos, somente após a separação puderam retomar para a escola. Uma participante reiterou, que só depois de um certo tempo o companheiro se dispôs a apoiá-la nos estudos e ficar com as crianças enquanto está na escola. Segundo argumentação o companheiro não se ocupa das atividades domésticas e cuidados no dia a dia com as crianças, por isso acreditam que ele não dará conta de assumir a responsabilidade na ausência das mesmas.

“O meu marido disse que se eu inventasse de estudar ele ia embora, eu não liguei, continuei. Um dia ele foi embora com todas as crianças, eu sofri muito. Depois ele veio e disse que deixaria eu estudar, eu disse eu já estou estudando. Então ele resolveu dividir as crianças” (Rosa)

“Meu companheiro me apoia muito, mas nem sempre foi assim, nós mulheres temos uma carga maior, acho que pra nós as coisas são mais difíceis” (Margarida-entrevista narrativa I)

“Eu nem disse nada, fiz minha matricula e quando chegou o primeiro dia ele disse que eu ia era atrás de homem na escola” (Íris)

“Eu não deixaria o pai do meu filho ter me impedido de estudar, ia me impor mais, ter mais voz” (Margarida- entrevista narrativa I)

*“Lá em casa o meu marido foi estudar e eu fiquei, agora esse ano foi a minha vez”
(Jasmim)*

“Eu com a mentalidade que tenho hoje, acho que naquele tempo, mesmo grávida eu não teria parado. Se eu tivesse pensado um futuro melhor para meus filhos. Poderia ter pensado falta tão pouco. Quando foi esse ano a minha mãe me disse que estavam precisando de alguém lá onde ela trabalha, ela me disse ou tu volta a estudar e te forma ou tu aceita esse emprego, foi nesse dia que eu tomei uma decisão: voltar a estudar, porque eu sempre vi minha mãe limpando o chão dos outros e não era essa vida que ela queria pra nós” (Gardênia)

As narrativas indicam que a demora em retomar os estudos apresenta uma proporção maior para a necessidade a jornada dos trabalhos domésticos e um pequeno grupo afirma a ocupação com uma atividade econômica. Em relação ao tempo de afastamento da escola o menor tempo foi de 2 anos e o maior tempo de distanciamento da escola foi 27 anos. Observa-se na tabela 1 que os números de filhos determina o tempo de distanciamento da escola, as mulheres que tiveram mais filhos, ficaram mais tempo fora da escola.

À medida que as mães retornam para a escola algumas precisam de apoio de familiares, vizinhos para deixar a criança, no entanto para aquelas com mais de um/uma filho/a as dificuldades são maiores, por isso certos momentos afirmaram que já levaram criança para a sala de aula. Aquelas que trabalham e estudam, afirmaram que têm um companheiro que apoia ou já tem uma/um filha/filho maior, que toma conta dos irmãos.

Em relação a expectativa da volta aos estudos e os planos para o futuro, as participantes são otimistas, todas demonstram ter planos definidos em relação à formação, a uma carreira e ao suporte à família. Uma pesquisa realizada por Narvaz e Col. (2013, p.101) junto à turmas da EJA no RS relata que para os homens da EJA a dificuldade em conciliar os estudos está relacionada ao trabalho, ao passo que para as mulheres estão as tarefas de casa e familiares. Tanto em relação aos dificultadores quanto à expectativas, nota-se que para as mulheres a maternidade está sempre como as suas prioridades.

De fato a carga de valoração do trabalho feminino em comparação ao trabalho masculino coloca a posição do homem de destaque. As mulheres são educadas para terem uma expectativa menores que o homem (MARTINS, 2021, p. 24), na fala de uma aluna a mesma afirmou que primeiro foi o esposo estudar, que agora já está na universidade era chegada a vez dela. É afirmativo que existe uma apoio, até pelo valorização dos estudos, mas há também a relação de dependência econômica da mulher.

Categoria 7: Retorno escolar: facilitadores/motivadores

Para os dois grupos, é consenso que a educação poderia ter proporcionado condições de

vida melhor. Algumas estudantes demonstram bastante entusiasmo e garantem que vão concluir os estudos para poderem conseguir um emprego melhor com salário maior.

A retomada aos estudos está, relacionado diretamente, à recolocação no mercado de trabalho e conseqüentemente a melhoria na renda familiar, segundo as quais, desejam que seus filhos/filhas tenham um futuro melhor, que possam estudar. As alunas se mostram otimistas quanto a seus projetos de vida. O retorno aos estudos, para as alunas, não tem relação com desejo pessoal ou *status*, pelo contrário, a conclusão do Ensino Médio, uma formação é uma necessidade,

“O meu objetivo é concluir o ensino médio e cursar uma faculdade, tenho vontade de fazer enfermagem” (Margarida- entrevista narrativa I)

“Meu objetivo é fazer um curso técnico em enfermagem, porque o que eu ganho como manicure eu não tenho condições de pagar uma faculdade, que é Direito que quero, então com o curso técnico já vou para o mercado de trabalho e consegui pagar minha faculdade e do meu filho” (Rosa)

“Concluí os estudos e pra consegui arrumar um emprego melhor, hoje em dia a maioria exige o ensino médio completo. Estudo é conhecimento e a base de tudo. Eu não penso em faculdade, mas eu acho bonito quem se forma” (Açucena-entrevista narrativa II)

“Fazer curso de enfermagem, lá na frente fazer uma faculdade, porque se eu conclui vou ser a primeira, dos sete filhos a ter diploma” (Dália)

As duas entrevistadas, em suas narrativas, mencionaram que se não tivessem abandonado a escola as oportunidades teriam sido melhores.

“Eu teria terminado meus estudos, teria feito uma faculdade e quem sabe até ter tido oportunidade de exercer na minha área que queria, porque meu sonho era ser policial” (Margarida-entrevista narrativa I)

“Eu ia fazer diferente, ia ser tudo diferente na minha vida, ia ter um futuro melhor, uma vida melhor, um trabalho bom, sem está dependendo de homem, de marido.” (Açucena -entrevista narrativa II)

Os relatos das alunas evidenciam que o desligamento da escola representou uma estagnação na vida econômica. Apenas uma minoria trabalha com carteira assinada. Alguns facilitadores foram determinantes para o retorno: a adoção de um método contraceptivo, o acesso a um Programa de renda (Governo estadual/ Governo federal), o crescimento dos/das filhas, o apoio do companheiro. Em relação à motivação ao retorno escolar, prevaleceu o desejo de cursar uma graduação e para uma minoria fazer um curso técnico. Para o universo das participantes a educação tem relação com acesso ao emprego e melhores salários, sendo que essa melhoria está relacionada educar e dar mais conforto aos filhos.

De acordo com Narvaz e col. (idem, p.101) para os homens o reingresso à escola dá-se pelo desejo de obter melhor remuneração, já para a maioria das mulheres o desejo é de auxiliar melhor os filhos na escola. Observa-se que as expectativas dos homens estão voltadas para o trabalho valorado, ao passo que as mulheres a expectativa está numa atividade não remunerada.

Esse estudo identificou que as alunas com acesso à renda e escolarização ascendente almejam melhores expectativas e estão do grupo com menor taxa de natalidade.

Nas suas conclusões as participantes afirmam que não desejam seguir as mesmas ocupações de suas mães, embora no momento, declararam que exercem, temporariamente, as atividades de manicure, serviços domésticos-remunerados, atendentes, serviços geral, entre outros, no entanto não estão satisfeitas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados nesse trabalho originou-se a partir das narrativas de vinte estudantes da EJA de duas escolas públicas, o objeto proposto foi atingido, as estudantes selecionadas compareceram no dia agendado, teve um esforço e disponibilidade da escola nas etapas preparatórias, quanto na descrição, que exigia a pesquisa.

Durante a aplicação do grupo focal foi importante conhecer o perfil de cada uma das estudantes participantes e proporcionar um ambiente acolhedor. Inicialmente existia uma expectativa das alunas em relação a metodologia. Foi possível cumprir o tempo determinado e o roteiro elaborado.

A partir das narrativas, foi evidenciado que as alunas gostam de contar suas experiências de vida, e têm uma forte relação de afeto com os/as filhos/as, no entanto evitaram falar detalhes de sua vida pessoal.

As interações possibilitaram uma retrospecto à adolescência e conhecer o contexto de vida, relação familiar, maternidade e expectativa de futuro. Durante o processo de produção e por meio dos referenciais teórico, algumas considerações são necessárias destacar:

A gravidez na adolescência não é um fenômeno individual, sua compreensão perpassa por uma análise do contexto de ordem hierárquica social de gênero, origem familiar, demográfica, de cor/raça, aspectos socioeconômico, essa diversidade de fatores que contornam a ocorrência da gravidez permite um olhar mais apurado.

Embora a gravidez na adolescência seja um processo multifatorial, em adolescentes de camadas populares os reflexos repercutem mais negativamente para a menina, que socialmente passa da condição de filha para mãe; as intercorrências corporais da adolescência junto às

alterações da gestação e pôr fim a assimilação do mundo adulto.

As políticas públicas pensadas e elaboradas para a população de adolescentes são de pouco acesso, embora estejam disponíveis, mas não atingem o seu público. Na elaboração de políticas públicas é importante pensar a necessidade de produzir conteúdo específicos e acessíveis às meninas.

Ao contrário do que se elaborava a gravidez na adolescência, nem sempre é um processo não planejado, é possível identificar alguns contextos de gravidez desejada e idealizada, pela adolescente, no entanto, o contexto socioeconômico, a relação familiar e a pouca maturidade interferem nas expectativas projetadas para essa gravidez.

Em relação a gravidez, entendida como não planejada, em pouco tempo, a criança passa a ocupar a centralidade na vida da menina mãe, portanto durante certo tempo, a maternidade passa a ser a principal função, por isso há uma conformação que a aluna abra mão de outros projetos, principalmente da formação escolar.

A análise das categorias permitiram comprovar que a evasão escolar tem correlação direta com a gravidez na adolescência, em mulheres de camadas populares, a partir das narrativas foi possível identificar alguns determinantes:

Há uma predisposição das famílias imputarem responsabilidades ao casal, portanto a condição do matrimônio ou “ir morar juntos” já exige outras demandas (trabalhar, mudar de domicílio, pré-natal, reorganização da vida, etc.). Para a mulher a função da reprodução passa a ser o papel mais importante, socialmente atribuído a ela.

Uma parte das alunas apresentaram, durante a gravidez sintomas e instabilidade emocional, por isso optaram pelo afastamento da escola.

Adolescentes que conseguiram acompanhar as aulas durante toda a gestação, no entanto na fase do puerpério não retornaram, para casos assim as escolas não oferecem uma plano de acompanhamento e incentivo às alunas que queiram continuar estudando, mas não podem frequentar assiduamente.

Quando a aluna não tem apoio de alguém para deixar a criança e prosseguir os estudos, em média, o tempo para retornar é de 2 anos. Foi analisado também que mulheres na faixa etária acima de 30 anos o tempo de retorno é bastante instável.

A reincidência da gravidez é outra causa da escolarização tardia de alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A primeira gravidez já determinou a evasão da escola, o quadro de uma segunda gravidez distancia ainda mais a adolescente dos estudos. Por isso o planejamento familiar é considerado pelo setor e da saúde e da sociedade como um direito e importante meio de garantir a saúde das pessoas.

A violência psicológica⁹ também aparece como situação para o distanciamento da escola, casos em que as mulheres não puderam retornar os estudos pelo fato dos companheiros não terem permitido.

O longo período fora da escola retardou o projeto de formação, que foi deixado na adolescência, é certo que algumas alunas mães retornaram ainda na adolescência, outras no entanto, levaram mais tempo. Em relação à expectativa uma parcela significativa vislumbra a faculdade, no entanto por análise, pode-se concluir que as alunas com idades maiores as expectativas estão na realização de um curso técnico.

A demora no retorno para a escola gera a distorção idade série (aluno/aluna com idade pelo menos 2 anos incompatível com a série). A Educação de Jovens e Adultos é modalidade de ensino que atende o público com defasagem idade série.

Nesse sentido, considerando os fatores que envolvem a gravidez na adolescência e levando em conta o contexto situacional do público pesquisado, conclui-se que independente da gravidez ser um escolha, da idade da gravidez, da situação conjugal as alunas interromperam os estudos. Existe, portanto uma associação direta entre gravidez de adolescentes, de classes populares, com evasão escolar.

Desse ponto de vista, verifica-se que a maior implicância da evasão escolar, no contexto do matrimônio, é a assimetria de gênero, pois a partir da união matrimonial as adolescentes assimilaram papéis, historicamente atribuído às mulheres: maternidade, cozinhar, lavar roupa, essas atividades impossibilitaram outras escolhas pessoais. Essas diferenças podem influenciar até em outra gravidez.

Considera-se que a gravidez para um adolescente, numa realidade social já é desfavorável, essa condição limita ainda mais a trajetória das meninas, no entanto não determina seu percurso, é relevante pensar em ações que promovam o protagonismos dessas adolescentes mães para outras expectativas. Acredita-se que a função da escola pode ser fundamental para que os outros setores do serviço público possam também pensar em políticas com abrangência maior à população de adolescentes.

Nesse sentido pensar em estratégias para disponibilidade de material informacionais (spot, podcast, jogos interativos) para as alunas, preferencialmente no ambiente da escola.

Constata-se que a falta de outras referências limitam a vida das adolescentes a um

⁹De acordo com a Convenção de Belém, em 1994, a violência psicológica é qualquer conduta que cause o dano emocional e diminua a autoestima da mulher, nesse tipo de violação aparece: proibir de trabalhar, estudar, sair de casa, viajar, falar com amigos ou parentes. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 31/03/2023.

ambiente de trabalho não remunerados e desprovido de orientações, principalmente de planejamento familiar. Os relatos confirmaram que quanto mais a adolescente se afasta da escola maiores são as dificuldades de conseguirem melhor colocação no mercado de trabalho.

Sabe-se que, historicamente, a oferta de serviços à população não foi equânime, com isso as desigualdades econômicas seguiram uma escala hierárquica entre homens, mulheres, entre negros e brancos.

No contexto das estudantes, embora as intercorrências da gravidez na adolescência repercutem em evasão escolar, em escolarização tardia, no entanto as mulheres negras ainda aparecem como sendo o grupo mais afetado pela extrema pobreza. Indicadores, inclusive, mensurados no Censo Escolar da EJA. Esses marcadores evidenciam que a falta de acesso à educação, à saúde e renda são determinantes para emancipação das mulheres negras.

Quando uma aluna engravida, seja em qualquer ciclo, ela abandona a escola, no entanto é na adolescência que estão as situações mais sensíveis a serem apoiadas pelas políticas públicas, por isso, essa pesquisa apresenta a ideia de uma política pública intersetorial com objetivo de amenizar os impactos da gravidez na idade escolar e apoiar na permanência e continuação do ciclo de formação.

A escolarização foi identificada como principal meio para mudança no padrão de renda, mas também aparece como o caminho para romper com o ciclo intergeracional de pobreza e fecundidade. Embora a distribuição de renda no país seja desigual, sabe-se que romper com a pobreza demanda uma estrutura maior como distribuição da riqueza, que possam refletir na redução das desigualdades, ampliação e melhoria na oferta dos serviços.

APONTAMENTO PARA POSSÍVEIS POLÍTICAS QUE VISEM MINIMIZAR A CORRELAÇÃO ENTRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

A primeira ideia que fazemos de política pública, é que trata-se de uma competência do Estado. Para o desenvolvimento de tais competências é necessário um conjunto de ações, que possam ser traduzidas em bem estar e redução das desigualdades às pessoas.

Assim, as demandas sociais, mesmo que não sejam geradas no interior da estrutura administrativa, devem ser integradas a uma política de Estado. Para isso, é necessário investimentos, planejamento, implementação e avaliação. Diante disso, afirma-se que a política pública é “uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas”

(GIOVANNI, 2009, p. 02), esse exercício resulta numa interação entre o poder público e a população, como forma de atender as pautas e necessidade eminentes.

O autor se refere, também, “que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal” (GIOVANNI, 2009, p. 02) Ou seja, o exercício democrático garante o voto, a liberdade, é importante também a participação para a garantia dos direitos sociais, como promoção de mais igualdade.

Em seu Artigo *Políticas públicas: uma revisão da literatura*, Sousa (2006) afirma que “do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares”.

Nesse sentido, para que uma política pública possa reduzir a desigualdade ela deve contemplar as diversas áreas. Ou seja, uma criança para ter condições de aprendizagem necessita de uma educação de qualidade, para tanto, precisa estar alimentada, com boa saúde e condições de chegar a escola, logo é importante transporte público, segurança nas ruas, calçadas, assim é preciso que as políticas sejam interligadas e universalizadas e contínuas.

No Brasil as políticas públicas têm uma característica de não serem contínuas, pois são pensadas enquanto política de governo e não de Estado, essa falta de continuidade repercute em um grau de maior ou menor abrangência.

De acordo com Sousa (2006) “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Sob essa perspectiva, segundo Castro (2012) ressalta que a ação do Estado em toda sua diversidade e complexidade tem influência e consequências nos elementos que compõem o processo de desenvolvimento de um país, o conjunto das políticas sociais, ainda segundo o autor é uma das fontes de influência sobre o processo do desenvolvimento e, devido a sua diversidade, elemento irradiador de uma série de relações e dependências, a expansão na oferta de bens reduziria as desigualdades.

Assim sendo, considera-se política pública como o conjunto de medidas, adotadas pelo Estado, para atender demandas específicas, assegurar proteção social, promover o desenvolvimento econômico e o bem estar das pessoas.

As políticas sociais como educação, saúde, moradia, integram as políticas públicas. Para que sejam abrangentes seria necessário que fossem pensadas na perspectiva da transversalidades e da diversidade, presente no território nacional.

A partir dos marcos teóricos e legais que ratificam os compromissos internacionais, dos

quais o Brasil é signatário e apoiados na Constituição brasileira de 1988 podem orientar e respaldar a atuação de profissionais da educação, saúde e assistência.

A Constituição federal versa em seu em seu *Art. 3º* Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, p. 01).

Norteados pelo princípio do qual os adolescentes são incluídos como sujeitos de direitos e também por representarem uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, assim como as demais etapas da vida são igualmente valorosas. Elencamos algumas estratégia simples, que visam oferecer o bem estar e o desenvolvimento saudável da criança e da mãe sem necessidade de interromper o ciclo educacional:

Garantia da permanência nas aulas;

Acompanhamento pedagógico das atividades, por meio de tutoria/ monitoria para assegurar a entrega do material, a execução das atividades e a devolutiva. Importante destacar que no período da Coronavírus – COVID-19 a Secretaria de educação ofertou ensino remoto, justamente pelo seu caráter “emergencial”. Logo, dependendo de cada situação, a escola também poderá considerar uma forma de atividades não presenciais, dada a situação temporária.

Notificação dos casos de gravidez na escola e encaminhamento dos dados ao PSE e Coordenadoria de Apoio ao Estudante-CAED¹⁰ para garantir o pré-natal, apoio psicológico e ao serviço de planejamento familiar;

Oferta de uma complementação nutricional, por meio do Programa de Alimentação Escolar, a exemplo do Kit Merenda Escolar¹¹.

E também, de acordo com recomendações da RNPI (2013/2014, p. 25) “ampliar o diálogo com gestores, escolas, conselhos tutelares (para gestação abaixo dos 15 anos) e parlamentares”.

¹⁰ A Secretaria de Estado da Educação-SEED possui em sua estrutura a Coordenadoria de Apoio ao Estudante – CAED. As atividades vinculadas são: apoio ao estudante, por meio do Núcleo de Apoio à Saúde do Estudante, Núcleo de Atendimento Odontológico, Núcleo de Atendimento Oftalmológico, Núcleo de Alimentação Escolar, Núcleo de Transporte Escolar, Núcleo do Programa do Livro Didático, Núcleo de Apoio à Casa do Estudante e Núcleo de Bolsa de Estudos. Disponível em: <https://seed.portal.ap.gov.br>. Acesso 11/03/2023.

¹¹ O Kit Merenda em Casa foi um Programa coordenado pelo Núcleo de Alimentação Escolar da Secretaria de Estado da Educação (NAE/SEED), que garantiu a merenda em casa aos estudante, por meio da cesta de alimentos entregue aos responsáveis em cada escola estadual, nos 16 municípios. (Idem)

Assim, para que essas estratégias sejam abrangentes e necessário que sejam pensadas na perspectiva da transversalidades, em que os diversos setores, em sua área de atuação possam atuar de forma permanente e articulados.

Vislumbra-se que a efetivação de um conjunto de medidas não só pode reduzir o número de meninas grávidas, mas pode proporcionar dignidade àquelas que atravessam o período gestacional, pois assim é possível equacionar:

- Início tardio do pré-natal;
- Reincidência de gravidez, ainda na adolescência;
- Baixa escolaridade juvenil;
- Situação de vulnerabilidade da mãe e da criança;
- Identificação de possíveis, situação de violência sexual, abusos e negligência.

Os resultados esperados são:

- Redução dos indicadores de abandono escolar das alunas-mães;
- Conclusão do ciclo da Educação Básica e
- Diminuição das desigualdades de gênero, considerando (elevação da escolaridades, acesso à documentação, acesso a programas de créditos, participação social e política).

Os possíveis problemas para a efetivação da política seria a falta de dados para mensurar, de início, quantas estudantes abandonaram a escola ao engravidarem; a não integração entre os órgãos envolvidos, principalmente a interlocução entre as equipes das Unidades Básicas de Saúde – UBS, por se ratar de políticas concentradas em diversos setores das administrações estaduais e municipais, é possível que a vontade da equipe de campo esteja engajada, porém se os gestores não dialogarem e não se dispuserem a efetuar o planejamento conjunto e responsabilização na execução articuladas entre as partes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Diferenças, igualdade I**.- São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

AVILA, Iris Teresa Lafuente. **A Reincidência da Gravidez na Adolescência e a Evasão Escolar**. UNESP, Araraquara-SP: 2015.

BATLIWALA, S. O significado do empoderamento feminino: novos conceitos a partir da

ação”. Em. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), **Políticas populacionais reconsideradas: saúde, empoderamento e direitos**, pp.127-138. Boston: Harvard University Press. 1994.

BRASIL, Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Análise da Situação de Saúde (MS/SVS/DASIS) - **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acesso em: 16/09/2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**: Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República-SPM/PR** <https://www.gov.br/mdh/ptbr/navegueportemas/politicaparamulheres/arquivo/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade/5-edicao/guia-operacional.pdf>. Acesso em; 28/02/23.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13252-parecer-ceb-2000>. Acesso em: 14/02/2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em:10/03/2023.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/web_confmundial/docs/18080.pdf

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

BRASIL. Ministério da educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Fundamental, Brasília: 2000.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental 5ª a 8ª séries**.2002. Disponível em: www.mec.gov.br/secad/arquivo/pdf/eja_livro_01pdf. Acesso em 22/03/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica,

Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf. Acesso em 05/03/2023. 12h30.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1. ed. **Cadernos de Atenção Básica, n. 26**. Brasília: 2013.

CABRAL, Cristiane da Silva. BRANDÃO, Elaine Reis. **Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa**. **Caderno de Saúde Pública**, 2020. Disponível em: cielo.org/pdf/csp/2020.v36n8/e00029420/pt. Acesso em 24/09/21. 11h11.

CASTRO, J. A. (2012) Política social e desenvolvimento no Brasil *In: Economia e Sociedade*, v. 21, n. 4, dez. 2012[especial] Disponível em: <https://goo.gl/NySV56>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Ver Resolução CNE/CEB homologada e publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2000, Seção 1.p.18. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em 21/03/2023.

COUTINHO, Natália. **Definição de Violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em 31/03/2023.

DADOORIAN, Diana. **Gravidez na Adolescência: um Novo Olha**. Psicologia ciência e profissão, Rio de Janeiro, p.84-91, 2003. Disponível em: Acesso em 26/09/2022.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEPP**, Campinas, SP, n.82,2009. Disponível em: Acesso em: 28 fev. 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>.

FANELLI, Cláudia Márcia Trindade. **A Gravidez na Adolescência como um dos desafios para as Políticas de Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pense –Pesquisa Nacional de saúde do Escolar: Estatística Experimental Tabelas 2009-2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=resultados>. Acesso: 23/09/2021.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/202/213>. Acesso em 24 de maio de 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e poder. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Aline de Carvalho. **Gravidez na adolescência: entre fatos e estereótipos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Fundação Oswaldo, Rio de Janeiro. 2011.

NARVAZ Martha Giudice, SANT'ANNA, Sita Mara Lopes, TESSELE Fani Averbuh. **Gênero e Educação de Jovens e Adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder**, Diálogo, n. 23, p. 93-104 Canoas, n. 23, ago. 2013 Acesso: 23/09/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde sexual, direitos humanos e a lei** [e-book] / Organização Mundial da Saúde; tradução realizada por projeto interinstitucional entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná, coordenadores do projeto: Daniel Canavese de Oliveira e Maurício Polidoro - Porto Alegre: UFRGS, 2020. 88 p.: il. Título original: Sexual health, human rights and the law ISBN 978-65-86232-36-3

OSÓRIO, LC. **Adolescente hoje**. 2 Edição n.14, Porto Alegre /Jda Editora Artes M Sul Ltda.

PACHÁ, P., & MOREIRA, L. V. de C. (2022). **Entrevista narrativa como técnica de pesquisa**. Synesis (ISSN 1984-6754), 14(1), 157–168. Recuperado de <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2127>. Acesso em 24 de maio de 2022.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. **Gravidez na adolescência e evasão escolar**. - Rio Claro: [s.n.], 2009 101 f.: il., gráfs. tabs. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro Orientador: Silvia Marina Anaruma. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120798/rocha_ca_tcc_rcla.pdf?sequence

SESA, Secretária da Saúde (GEA). **Plano Estadual de Saúde 2020-2023**. GEA: 2020. Disponível em: [https://saude.portal.ap.gov.br/arquivos/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SA%20C3%9ADE%202020%20A%202023%20\(1\).pdf](https://saude.portal.ap.gov.br/arquivos/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SA%20C3%9ADE%202020%20A%202023%20(1).pdf). Acesso: 23/09/2022.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

SOUZA, C. (2006) **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

TABORDA, J. A et al. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cad. saúde colet.** 22 (01). Jan-Mar 2014. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201400010004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/drQRqXtKxwbYyV8gzFTwcQH/>

UNICEF. **O Direito de ser Adolescente:** Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar. Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/publicacoes-1/situacao-da-adolescencia-brasileira-2011>.

ANEXO I

Solicitação de Autorização à Gestão Escolar

Ao/À: Senhor/ Senhora _____

Macapá, 09 de agosto de 2022.

Diretor/ diretora da Escola Estadual _____

Assunto: Autorização para pesquisa

Prezado/prezada diretor/diretora,

Pelo presente levo ao seu conhecimento que desenvolvo uma pesquisa denominada **Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar: narrativas de Alunas-Mães da Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá**, é encaminhado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO. O objetivo da pesquisa é Compreender, a partir da narrativa de mulheres que foram mães na adolescência, fatores preponderantes para a evasão escolar e para a escolarização tardia, visando identificar potenciais estratégias intersetoriais.

Nesse sentido, solicito autorização de acesso às dependências da escola para desenvolvimento das etapas necessárias ao estudo, que segue as seguintes etapas:

- Contato com a Coordenação pedagógica para apresentação do Projeto e entrega do questionário a ser aplicado nas turmas, seleção de dez participantes, de acordo com o perfil.
- Contato com as participantes e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- Realização do Grupo focal.
- Todas as etapas acontecerão no horário da aula e serão acordado com a equipe pedagógica, de modo que não comprometa a rotina escolar das participantes, sendo das 18h30 às 22h e com espaço reservado para esse fim.

Assim sendo, essa pesquisadora se compromete assegurar os aspectos éticos que envolvem seres humanos e principalmente por considerar que se trata de um grupo específico dentro de um contexto maior, que é a escola, por isso a realização do grupo focal zelará pela confidencialidade das participante e das instituições.

Atenciosamente,

ANEXO II

Ficha para seleção de participantes

Prezado aluno/prezada aluna,

Você está sendo convidado/ convidada a responder um questionário, cujo objetivo é coletar informação para fim de pesquisa acadêmica. O conteúdo informado no questionário, em hipótese alguma será utilizado para outro fim ou obtenção de vantagem.

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisa.

Macapá, 24 de agosto de 2022.

Qual seu nome completo? _____

Qual sua idade? _____

Você tem filhos? Sim () não ()

Você ,em algum momento, já precisou parar de estudar? Sim () não ()

Qual o principal motivo que fez interromper os estudos?

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

RESOLUÇÃO 466/2012 CNS/ CONEP

RESOLUÇÃO 510/2016 CNS/ CONEP

Gravidez na adolescência e evasão escolar: narrativas de alunas-mães da Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá

Maria Raimunda dos Santos Nascimento

Número do CAAE: 48/2022

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pela participante, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora. Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A gravidez na adolescência pode acontecer por diversas causas:

O uso incorreto de métodos contraceptivos;

Pela escolha da adolescente;

Falta de acesso a métodos contraceptivos, dentre outros.

Independente das causas, quando uma adolescente engravida, acontecem algumas alterações em seu projeto de vida. Uma situação bastante presente, que envolve uma gravidez na adolescência é o abandono escolar, em alguns casos ocorre no período da gestação, outros casos, após o nascimento da criança.

Essa pesquisa tem a intenção de desenvolver um estudo com as alunas dessa escola para coletar informações de mulheres, que na fase da adolescência tenham engravidado e por esse motivo abandonaram os estudos e optaram por retornarem para a escola, na modalidade de ensino EJA.

O objetivo da realização dessa pesquisa é:

Identificar o que determina a evasão escolar de adolescentes grávidas;

Analisar os elementos que mais motivam para a retomada dos estudos;

Levantar quais serviços e atenção foram recebidas pela mãe e para a criança.

Por meio das informações passadas em questionário à Coordenação de sua escola você foi selecionada a participar dessa pesquisa.

Procedimentos: Participando do referido, você está sendo convidada a relatar sua experiência, esses relatos serão gravados em áudio, de acordo com a RESOLUÇÃO 510/2016 “*VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz*”.

O conteúdo obtido nas gravações será utilizado, exclusivamente, para coleta de informações e discussão da dissertação, em hipótese alguma será utilizado para outro fim ou obtenção de vantagem. O material será mantido sob guarda da pesquisadora, em local que preserve o sigilo das informações, pelo período de 5 anos.

A duração da gravação será de 1h30, e acontecerá nos horários de 18h30 às 22h, não sendo necessário o deslocamento fora do horário das aulas, nem a locais diferentes da escola.

O espaço destinado às gravações e conversas com as participantes da pesquisa será reservado, seguro, de modo a preservar a integridade e a confidencialidade.

“IV – confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada” (RESOLUÇÃO 510/2016)

Não será necessário você apresentar documentação, pessoal caso de questionários e conceder entrevista reservadas.

Todas as etapas acontecerão em comum acordo entre a equipe pedagógica, as participantes e a pesquisadora.

Essa pesquisa não apresenta risco previsíveis, caso sinta algum desconforto ao relatar acontecimentos de sua vida, é importante saber que as informações serão utilizadas unicamente para fins científicos e segue as normas contidas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 - CNS/MS.

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisa.

Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado nem se sua escola. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Maria Raimunda dos Santos Nascimento, tel. (96) 99143-4048, e-mail: raimundasantos@hotmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura do participante da pesquisa

Responsabilidade da Pesquisadora: Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento à participante da pesquisa.

Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pela participante da pesquisa.

_____ / ____ / ____.

Assinatura do pesquisadora

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gravidez na adolescência e evasão escolar: narrativas de alunas-mães da Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá

Maria Raimunda dos Santos Nascimento

Este roteiro segue as diretrizes apresentadas por Kind¹² (2004, p. 125) referentes a aplicabilidade da técnica de entrevista, pois atende aos objetivos da pesquisa, uma vez que “conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, *a priori*, para investigações qualitativas”. Dessa forma, seguirá os seguintes tópicos.

Constituição do grupo focal

Uma moderadora

Uma observadora

Número de participantes

10 mulheres da escola X

10 mulheres da escola Y

Duração de cada interação e número de encontros

90 minutos. Ao término do tempo combinado, a moderadora e observadora perceberem que o tema não foi amplamente debatido, um novo encontro será agendado, com a intenção de completar as informações.

Local

Ambientes das escolas, com acomodações confortáveis, sem interferência sonora e com privacidade para as participantes.

Etapas das entrevistas:

Abertura- apresentação da moderadora e observadora.

¹² KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/202/213>. Acesso em 24 de maio de 2022.

Vocês foram convidadas e aceitaram participar de uma pesquisa, sejam todas bem-vindas, o objetivo desse grupo é debater a gravidez na adolescência, a evasão escolar como reflexo dessa gravidez e o retorno de vocês à escola.

A participação de cada uma é muito importante para o resultado dessa pesquisa, a fala de vocês é um relato de experiência, logo não existe opinião errada ou descartada. As opiniões diferentes são válidas, por isso participem, interajam e digam seus pontos de vista sobre as perguntas e questionamentos que surgirão no grupo.

Queremos só combinar o respeito na hora que uma participante tiver falando, por favor não interrompam e sempre falando uma de cada vez.

A partir de agora eu peço a permissão de vocês para iniciar a gravação do áudio, durante toda a interação em grupo. Este registro está previsto no projeto de pesquisa.

Etapa I: preparação

Solicito que cada uma de vocês se apresentem.

Etapa II: conjunto do debate em grupo

A gravidez na adolescência ocorre mais por falta de informação?

Para as famílias, conversar sobre sexualidade ainda é uma barreira?

Onde e com quem vocês conversavam sobre sexualidade?

O desligamento da escola é mais comum na fase da gestação ou quando o bebê nasce?

O que foi mais difícil na fase da gestação?

De quem foi a decisão de parar de estudar?

Foi uma decisão difícil interromper os estudos?

Quanto tempo você ficou sem vir à escola?

O que você fez enquanto não estava estudando?

Em qual situação você não abandonaria a escola?

Qual seu objetivo quando decidiu voltar a estudar?

Você acha que as adolescentes que engravidam, ainda continuam se desligando da escola? Por que?

Etapa III: encerramento do grupo

A moderadora observando o cumprimento do horário, apresenta a síntese da discussão no grupo, com isenção de ponto de vista ou censura. Esclarece que o momento é também para algum esclarecimento.

Etapa IV: questões posteriores à avaliação do grupo

O momento pode ser utilizado para avaliar a participação e envolvimento dos grupos, a forma de apresentação do tema e o desempenho da moderadora.

Etapa V: ação posterior

Nessa etapa é importante fazer o levantamento para avaliar se a interação do grupo e debate cumpriram os objetivos da pesquisa ou se há a necessidade de agendar novas rodadas.

Análise dos dados

A etapa se destina às transcrições e análises das interações em grupo. Pode-se também recorrer a todos os registros, que dão suporte para elaboração da dissertação.

ANEXO V

ENTREVISTA NARRATIVA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO RESOLUÇÃO 466/2012 CNS/ CONEP RESOLUÇÃO 510/2016 CNS/ CONEP

Gravidez na adolescência e evasão escolar: narrativas de alunas-mães da Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá
Maria Raimunda dos Santos Nascimento

Número do CAAE: 48/2022

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pela participante, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos: A gravidez na adolescência pode acontecer por diversas causas: O uso incorreto de métodos contraceptivos; Pela escolha da adolescente; Falta de acesso a métodos contraceptivos, dentre outros. Independente das causas, quando uma adolescente engravida, acontecem algumas alterações em seu projeto de vida. Uma situação bastante presente, que envolve uma gravidez na adolescência é o abandono escolar, em alguns casos ocorre no período da gestação, outros casos, após o nascimento da criança.

Essa pesquisa tem a intenção de desenvolver um estudo com as alunas dessa escola para coletar informações de mulheres, que na fase da adolescência tenham engravidado e por esse motivo abandonaram os estudos e optaram por retornarem para a escola, na modalidade de ensino EJA.

O objetivo da realização dessa pesquisa é: Identificar o que determina a evasão escolar de adolescentes grávidas; Analisar os elementos que mais motivam para a retomada dos estudos; Levantar quais serviços e atenção foram recebidas pela mãe e para a criança.

Por meio das informações passadas em questionário à Coordenação de sua escola você foi selecionada a participar dessa pesquisa. Procedimentos: Participando da entrevista você está

sendo convidada a relatar sua experiência, esses relatos serão gravados em áudio, de acordo com a RESOLUÇÃO 510/2016:

“VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz”. O conteúdo obtido nas gravações será utilizado, exclusivamente, para coleta de informações e discussão da dissertação, em hipótese alguma será utilizado para outro fim ou obtenção de vantagem. O material será mantido sob guarda da pesquisadora, em local que preserve o sigilo das informações, pelo período de 5 anos. O espaço destinado às gravações e entrevista será reservado, seguro, de modo a preservar a integridade e a confidencialidade.

“IV – confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada” (RESOLUÇÃO 510/2016)

Não será necessário você apresentar documentação, pessoal caso de questionários e conceder entrevista reservadas. Todas as etapas acontecerão em comum acordo entre a participante e a pesquisadora. Essa pesquisa não apresenta riscos previsíveis, caso sinta algum desconforto ao relatar acontecimentos de sua vida, é importante saber que as informações serão utilizadas unicamente para fins científicos e segue as normas contidas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 - CNS/MS.

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisa.

Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado nem sua escola. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Maria Raimunda dos Santos Nascimento, tel. (96) 99143-4048, email:raimundasantos@hotmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229- 2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br.

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura do participante da pesquisa

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento à participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pela participante da pesquisa.

____ / ____ / ____.

Assinatura do pesquisadora

ANEXO VI

ROTEIRO ENTREVISTA NARRATIVA

Gravidez na adolescência e evasão escolar: narrativas de alunas-mães da Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas de Macapá

Maria Raimunda dos Santos Nascimento

Apresentação da entrevistada- tempo de fala livre.

Perguntas complementares

Pergunta 1 O que você teria feito de diferente, se na época não tivesse abandonado a escola?

Pergunta 2 A época que você estava grávida você recebeu algum tipo de ajuda da escola, alguém conversou no sentido de orientar?

Pergunta 3 Você fez pré-natal? Na época você recebeu alguma orientação a respeito de planejamento familiar?

Pergunta 4 Em qual situação você não abandonaria a escola?

ANEXO VII

Programa Saúde na Escola – PSE

Figura 02: Programa Saúde na Escola



Fonte: Saúde, Ministério (2011)
Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs>